



Conselho Regional de Medicina Veterinária



**Impresso Especial**

9812289200/2012 DIR PR  
CONSELHO REGIONAL DE  
MEDICINA VETERINÁRIA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
CORREIOS

RECIAMENTO AUTORIZADO  
PODE SER ABERTO PELA ECT



TREINAMENTO INTENSIVO EM ODONTOESTOMATOLOGIA

# Animais selvagens



**02**

**PALAVRAS DO PRESIDENTE**

Relatório da gestão  
2013 do CRMV/PR



**06**

**LEISHMANIOSE VISCERAL**

Doença sistêmica grave  
nos estados nordestinos

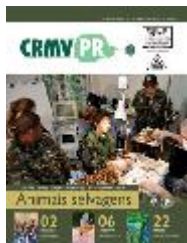


**22**

**UM MUNDO, UMA SAÚDE**

A inserção de um conceito  
na medicina contemporânea

## Expediente



**Capa Revista**  
Nº 41  
(Janeiro,  
Fevereiro  
e Março  
de 2014)

### Diretoria Executiva:

Presidente: Eiel de Freitas  
Vice-presidente: José Ricardo Pachaly  
Secretário-geral: Juliano Leônidas Hoffmann  
Tesoureiro: Felipe Pohl de Souza

### Conselheiros efetivos:

Itamará Farias, José Jorge dos Santos Abrahão,  
Leunira Viganó Tesser, Luiz Carlos Rodrigues,  
Maria Iradezia de Araújo, Piotre Laginski

### Conselheiros suplentes:

Claudia Maria do Santos Gebara, Danilo  
Gobbo Donoso, Evandra Maria Voltarelli,  
Ícaro Waldamir Fiedtner, Leandro Cavalcante  
Lipinski

### Comissão Editorial:

Ângelo Garbossa Neto, Felipe Pohl de Souza,  
José Ricardo Pachaly, Piotre Laginski

### Jornalista Responsável:

Marcos Antonio Batista – MTB-PR nº 2428  
jomaismo@cmv-pr.org.br

### Estagiária:

Marieli Castioni

### Tiragem:

14 mil exemplares

### Impressão:

Magnus Comunicação Ltda.

### Projeto Gráfico

Abissal Design & Comunicação  
Três Criativos

### Arte e Diagramação

Gabriel Sebastian Fleitas Cortiglia  
www.trescriativos.com

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná - Rua Fernandes de Barros, 685  
Alto da Rua XV - CEP: 80.045-390 - Curitiba - Paraná  
Fone/Fax: (41) 3263-2511  
www.cmv-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

# Palavras do Presidente

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR, criado pela Lei 5.517/68, é uma autarquia federal. Juntamente com outros 26 Conselhos Regionais compõe o sistema nacional coordenado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, que tem como missão primordial disciplinar o exercício das profissões de Médico Veterinário e Zootecnista, a promoção do bem estar social, normatizando, orientando, regulando e fiscalizando-as.

O contexto regional compreende 8304 médicos veterinários e 662 zootecnistas atuantes, 799 propriedades rurais e 6465 empresas fiscalizadas, além de 952 isentas de anuidades. Nos últimos dois anos, o Setor de Fiscalização do CRMV-PR realizou cerca de 16 mil visitas, que resultaram em mais de 8 mil termos de fiscalização e cerca de 1.900 infrações.

A atual gestão, para aumentar a eficiência do processo de fiscalização, contratou mais 2 médicos veterinários para as cidades de Cascavel e Londrina, assim, ampliando a equipe de fiscais, agora composta por quatro médicos veterinários e oito fiscais de nível médio.

O CRMV-PR presta apoio permanente aos órgãos públicos em ações de combate ao abate clandestino, guarda responsável, bem-estar animal e controle populacional de cães e gatos, sanidade, defesa do consumidor, valorização profissional, cuidados com o meio ambiente, produção e qualidade dos alimentos, além de atuar no fortalecimento da participação dos profissionais no conceito prático da saúde única.

A orientação sobre assuntos técnicos, normas e legislação ficou clara na promoção de nove Seminários de Responsabilidade Técnica nas principais regiões do Paraná, nos quais os temas e conteúdos abordados, e a qualidade das apresentações, foram classificados como “bom” e “ótimo” por 60% dos participantes (cerca de 1.000 partici-



Conferência OIE: Fortalecimento sistema CFMV e CRMV's e Ensino Veterinário.

pantes, entre profissionais graduados e estudantes universitários cursando o quinto ano).

Destaca-se, ainda, o Seminário Avançado para Responsáveis Técnicos - RTs de Indústrias de Laticínios, promoção inédita que reuniu em Curitiba médicos veterinários, representantes das empresas, Comissão Estadual de Qualidade do Leite das Crianças, SEAB-ADAPAR e Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa.

Os ciclos de palestras e debates sobre Sanidade e Pecuária de Corte envolveram mais de mil médicos veterinários, zootecnistas, produtores e técnicos públicos estaduais e federais, com o objetivo de estimular os segmentos especializados da sociedade a assumirem uma postura proativa em relação ao futuro da pecuária de corte.

Serão apontados caminhos para evolução econômica e social, com base no combate eficiente e permanente às doenças dos rebanhos e na necessidade de que os investimentos técnicos e financeiros sejam feitos com a maior eficiência possível.

A responsabilidade dos gestores públicos, a estruturação dos serviços de inspeção municipais, segurança alimentar e nutricional de produtos de origem animal e as legislações que amparam ações do Ministério Público motivaram seminários para a Implantação e Organização dos Serviços de Inspeção Municipal, em parceria com o Centro de Apoio às Promotorias de Defesa do Consumidor, mobilizando mais de 600 participantes em diversos municípios do Estado. O tema central foi considerado “excelente” por 49% dos participantes, e outros 46% por cento consideraram a temática “boa”. O melhor índice foi registrado em Cascavel, onde 65,22% dos formulários respondidos apontaram “excelente”, com 84,78% classificando a “qualidade dos palestrantes” como “excelente”.

Foram realizadas diversas reuniões regionais com delegados do CRMV-PR, com o objetivo de levar a gestão ao interior e aproximar o CRMV-PR das características de cada conjunto de municípios.

O Seminário sobre o Ensino de Medicina Veterinária em Londrina reuniu Coordenadores de Ensino e Diretores das faculdades de Medicina Veterinária.

O ZOOTEC 2013 – XV Congresso Internacional de Zootecnia e XXIII Congresso Brasileiro de Zootecnia, juntamente com o Seminário Estadual de Ensino da Zootecnia, realizado em Foz do Iguaçu com apoio do CRMV, reuniu Zootecnistas, Alunos, Professores e Coordenadores de Curso de diferentes Estados Brasileiros e de outros países.

A 3ª Conferência Global da OIE sobre o ensino da Medicina Veterinária e a função dos organismos estatais veterinários (no Brasil, representados pelo Sistema CFMV-CRMVs), com participação ativa de Diretores e Conselheiros, reuniu Médicos Veterinários dos mais diversos países para discutir ensino e

atuação dos órgãos de representação da Classe.

A diversidade e a importância das profissões motivaram participações em seminários, congressos, debates e workshops Brasil a fora de diretores, conselheiros, delegados e integrantes das diversas Comissões de apoio à gestão (Comissões Estaduais de Meio Ambiente, Responsabilidade Técnica, Animais Selvagens, Ensino de Medicina Veterinária, Ensino da Zootecnia, Saúde Pública e Segurança Alimentar e Nutricional de Produtos de Origem Animal). O Médico Veterinário é importante agente da saúde pública, com destacado papel na proteção da sociedade. A atual gestão do CRMV-PR desenvolve grande esforço no sentido deste entendimento social, aproximando a autarquia dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais que atuam no âmbito da saúde única, considerando que a Medicina Veterinária lidará com questões de saúde animal, humana e ambiental no contexto global (saúde única).

A atual gestão trabalha também no sentido de apoiar e estimular a participação social e política do Médico Veterinário e do Zootecnista, exercendo funções públicas, elegendo-se vereadores, pre-

feitos, destacando-se no ensino, na pesquisa, posicionando-se com firmeza na definição de avanços nos benefícios de valorização humana e social e de proteção contra novas infecções, zoonoses, novos riscos ambientais e epidemiológicos e o comércio de produtos de origem animal. Veterinários e Zootecnistas estão presentes em órgãos públicos e de representação atuando nas mais diversas áreas (COMUPA, Conselhos Municipais e Estadual de Saúde, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Rural, de Sanidade Agropecuária, de Defesa e Proteção Animal, além de Comissões Municipais e Estaduais e ainda Vereadores, Prefeitos e Diretores de Órgãos e Instituições Públicas).

Considerando-se o conceito atual de saúde única, devem os Veterinários e Zootecnistas estarem representados nos mais diversos órgãos e instituições sendo esse o esforço do CRMV-PR.

Todos esses fatores demonstram a constante evolução da entidade e o empenho da atual gestão em conferir representatividade aos profissionais.

Em nível interno da entidade, a melhoria tem sido vista no julgamento de processos administrativos, que está ocorrendo no prazo de até 60 dias, resultado direto do intenso esforço dirigido a esses trâmites, o que resolveu centenas de pendências que já duravam mais de dois anos. Esse esforço para agilizar os julgamentos dos processos administrativos e também dos processos éticos se mantém constante, pois existe crescente demanda em função da legislação de proteção ao consumidor e das altas exigências dos proprietários de animais de estimação quanto à qualidade dos serviços veterinários.

Nessa mesma linha, cabe ressaltar outra grande conquista dos profissionais e empresas registrados no CRMV-PR, que é a possibilidade de ter conhecimento pleno das ações administrativas e despesas realizadas pela entidade, dados esses que estão sendo gradualmente disponibilizados no portal da transparência, o qual pode ser acessado pelo site [www.crmv-pr.org.br](http://www.crmv-pr.org.br), e expressa o compromisso com o cumprimento das obrigações para com a sociedade e com os ditames da legislação vigente.

## Índice

- 02** *Palavras do Presidente*
- 04** *A inspeção de pescados*
- 06** *Leishmaniose visceral*
- 08** *Meio ambiente e medicina*
- 12** *Animais selvagens*
- 16** *Manejo populacional*
- 19** *Nova diretoria Sindivet/PR*
- 20** *Coluna jurídica*
- 22** *One world, one health*
- 28** *Anclivepa/PR*
- 30** *Cães, gatos e animais selvagens*
- 31** *Transparência*

## A inspeção de pescados

A Medicina Veterinária faz história na fiscalização de doenças de origem animal e na inspeção de qualidade dos produtos de origem animal no litoral do Paraná. Cinco médicos veterinários integram a equipe da Unidade Regional de Sanidade Agropecuária de Paranaguá, da Agência Estadual de Defesa Agropecuária-ADAPAR, três atuando na defesa sanitária animal e dois na inspeção, sob a coordenação de Muriel Moreschi. A área de atuação cobre Guaratuba, Matinhos, Pontal, Paranaguá, Morretes, Guaqueçaba e Antonina, além de Tijucas do Sul e Agudos do Sul, onde estão situados dez estabelecimentos de pescados, um de leite e derivados, um de carne e derivados e outro de mel e derivados, reforçando-se há cinco anos os trabalhos para a mudança da mentalidade regional em relação ao empreendedorismo e adaptação às boas práticas de produção e comercialização. Convênio inédito com o Ministério da Pesca e a ADAPAR, deverá injetar nos próximos meses cerca de um milhão e quatrocentos mil reais para o controle e monitoramento de qualidade dos moluscos bivalves (ostras e mariscos), permitindo treinamento/capacitação e compra de equipamentos para análises e controle de qualidade.

*“A região é extensa, trabalhamos em setores importantes para a economia regional”.*

As atividades no litoral apresentam detalhe profissional interessante: além da equipe formada por Silvério Alves, Dorilda Ziemann e Susi Roberta Ursi, lotada em Paranaguá, o supervisor Muriel e a esposa Ana Lúcia participam dos processos que pretendem recuperar o atraso que o setor de pescados vive no Paraná em relação à evolução nas áreas das pecuárias de corte e leite, avicultura



Mão de obra nativa especializada e valorizada.

e suinocultura no que se refere à inspeção e qualidade de produção. Os médicos veterinários Muriel e Ana Lúcia Moreschi casaram seis meses após a formatura no curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências Agroveterinárias da Udesc, em Lages, Santa Catarina, referência no Sul do País. Trabalharam juntos nos primeiros anos, em clínica e reprodução em bovinocultura de corte. Em 1996, Muriel passou no concurso do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Dois anos depois Ana Lúcia também foi aprovada no concurso público e os dois

moraram dez anos em Ponta Grossa, ela na inspeção de produtos de origem animal (“sempre gostei de gestão e qualidade de alimentos”), ele na defesa sanitária. “Foi uma escola nas duas áreas, atuamos nas cadeias produtivas da carne, bovino, frango e suíno, e do leite. Há 15 anos as ações de controle de doenças e qualidade dos alimentos são aprimoradas considerando-se que o consumidor está mais exigente, é protegido e está muito atento na cobrança de seus direitos”, lembra Muriel. Uma passagem de um ano por Curitiba e o litoral foi decisão comum aos dois profissionais, reconhecendo-se os de-



Ana e Muriel, inspeção, fiscalização e defesa sanitária no litoral.

safios regionais em relação à prevenção de doenças e produção de alimentos seguros. “Podemos dizer que a partir da criação da ADAPAR e a visão oportuna da direção da autarquia, dirigida pelo veterinário Inácio Kroetz, a produção de alimentos no litoral paranaense avança em direção à qualidade, segurança alimentar e geração de renda, com resultados no desenvolvimento econômico e social da região”, resume Ana Lúcia, que defende a médio prazo a integração município-estado-união nos propósitos. “Percebemos em Ponta Grossa, onde os resultados são conhecidos, e aqui, que as pessoas sabem fazer mas não entendem o que é gestão de pessoal, boas práticas de produção e possuem dificuldades de encontrar caminhos para desenvolver o espírito empreendedor. A importância da qualidade integra a nossa orientação, com a preocupação de garantir alimentos seguros em relação a zoonoses e a tóxico-infecções”.

do mar é fresquinho, é saudável. A manipulação não é considerada. Ana Lúcia Moreschi programa visitas mensais para vistoria e fiscalização das instalações, procedimentos sanitários e operacionais, controles de matérias-primas, procedimentos da higiene de funcionários e coleta de amostras, entre outras preocupações. Em Antonina está registrada empresa de pescados com SISBI, que recebe pescados in natura (camarões, peixes, lulas) para vender congelados ou transformados em produtos derivados (caldeirada de frutos do mar ou empanados, por exemplo). “O pescado é produto de alto valor nutricional, altamente perecível, e a qualidade está ligada com a captura ou produção; é importante acompanhar todo o processo de captura e produção.

A função de responsável técnico é realidade nas empresas organizadas e registradas na ADAPAR. Emanuel Francisco Garcia Egrédija é RT em nove empresas

água, destinação de resíduos, capacitação e treinamento do pessoal.

A visão empresarial dessas empresas muda a referência cultural e reforça a preocupação com o fim da clandestinidade, resultando no envolvimento de atividades permanentes. A safra de camarão foi fraca e a empresa compra do Nordeste. O salmão é do Chile e o panga vem do Vietnã. Aqui, trabalhamos muito com linguado e pescada. A função do responsável técnico deve ser exercida de forma presencial e constante. Faltam veterinários qualificados na região e a mão-de-obra de fileteiros e descascadores de camarão, por exemplo, é bem remunerada pela mesma razão.

No final do ano passado Ana Lúcia Carasco Moreschi produziu o documento “Cadeia Produtiva da Pesca”, com o objetivo de apontar a realidade e traçar perspectivas sobre a cadeia produtiva de pescados no litoral paranaense, onde vivem cerca de 260 mil habitantes, segundo IBGE-2010. Na análise, considera que 45 por cento da produção de pescados no país são da pesca artesanal e que no Paraná cerca de 15 mil pessoas se sustentam parcial ou totalmente da pesca, aponta a informalidade do trabalhador por causa das safras, desconhecimento da legislação na base, mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca, além de analisar a operação e as formas de pescar o camarão, principal atividade na região de Guaratuba:

-O litoral paranaense tem a menor costa do país e ainda carece de muita informação, orientação, fiscalização conjunta e trabalho das entidades ligadas ao setor para o desenvolvimento da pesca. Temos a certeza de que o litoral apresenta grande capacidade de desenvolvimento. Profissionais comprometidos com as atividades de defesa sanitária e inspeção de produtos de origem animal podem impulsionar a valorização dos produtos regionais e políticas públicas uniformes proporcionarão contexto seguro com qualidade higiênico sanitária dos alimentos oriundos da cadeia produtiva. Os trabalhos do SIP na região são basicamente na área de pescados. A ampliação dos funcionários e intensos treinamentos programados para este ano permitem aproximar a realidade do planejamento.



Descascador de camarão, arte para poucos profissionais.

Muriel percebeu desde o começo dos trabalhos a necessidade de conscientizar o produtor rural em relação aos cuidados com seus animais:

-Prevalencia comportamento amador, 80 por cento das propriedades são de subsistência. Cinco ou seis cabeças, mil ou dez mil, do ponto de vista da sanidade, é a mesma coisa. A defesa sanitária exige cuidados e documentos até nas vendas para o vizinho. No caso da pesca, o extrativismo é meta de vida, sustento familiar. A cultura regional diz que se vier

de Guaratuba. Formado em Medicina Veterinária no curso da Unopar de Arapongas, casou com farmacêutica que conheceu durante o curso.

-Tive sorte. A minha mulher já se formou empregada em Guaratuba, onde a família reside.

Aprendi o que hoje domino sobre produção de peixes e derivados depois de formado. Trabalho em quatro empresas por dia, cuidando do planejamento, legalização nos órgãos públicos e no CRMV, boas práticas de fabricação, qualidade da

# Leishmaniose Visceral no Estado do Paraná

A leishmaniose visceral (LV) é uma doença sistêmica grave, que apresenta caráter zoonótico, constituindo um importante problema de saúde pública, uma vez que é frequentemente fatal se não tratada.

No Brasil a leishmaniose visceral é endêmica nos estados do Norte e Nordeste e mais recentemente, em estados que fazem divisas com o Paraná, como o Mato Grosso do Sul, e São Paulo, além da Argentina e Paraguai, onde a doença tem se apresentado de forma epidêmica e em expansão.

*A região Sul do Brasil era considerada área indene para LV humana e canina, pois nunca foi observado o inseto vetor específico (Lutzomyia longipalpis).*

De acordo com publicações da Dra. Vanete Thomaz Soccol e outros pesquisadores em 2009, cães e humanos com sinais clínicos compatíveis com LV vêm sendo observados no Paraná desde 2002, com isolamento e identificação do parasito, comprovando tratar-se de Leishmania infantum, todavia, todos os casos foram comprovadamente importados de regiões como Mato Grosso, Minas Gerais e Nordeste do Brasil.

A primeira comprovação de transmissão autóctone de leishmaniose visceral canina (LVC), na região Sul do Brasil, foi registrada em 2008, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. No ano seguinte ocorreram os primeiros casos em humanos na mesma cidade.



Exemplar do mosquito *Lu. longipalpis*

Segundo o Ministério da Saúde, até abril de 2010, haviam sido identificados sete municípios do Rio Grande do Sul com a presença do vetor (*Lu. longipalpis*), todos localizados na fronteira com a Argentina (Barra do Quaraí, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Garruchos, Pirapó e Porto Xavier). Também foram registrados 11 municípios com a presença de cães sorologicamente positivos para LV, sem isolamento de *Leishmania*, sendo que cinco dessas cidades fazem fronteira com o território argentino (Barra do Quaraí, Uruguaiana, Itaqui, São Borja e Porto Xavier) conforme informações do Ministério da Saúde em 2010.

Devido à relevância da doença, este aumento do número de casos de LV na região sul do Brasil e nos países fronteiriços

(Argentina e Paraguai), e a necessidade de vigilância de possíveis cães afetados no estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Paraná - SESA optou pela realização de estudo em Foz do Iguaçu, cujo objetivo seria determinar a presença ou não do vetor (*Lutzomyia longipalpis*) e a taxa de infecção de cães sororreagentes utilizando os testes recomendados pelo Ministério da Saúde, e outros padronizados pela Dra Edilene de Castro e seus colaboradores em 2003, além da reação em cadeia da polimerase convencional (PCR).

No primeiro levantamento realizado pela equipe coordenada pelo entomologista Demilson dos Santos, para coleta de flebotomíneos, foi comprovada a presença de 40 exemplares de *Lu. Longipalpis*, em 10 armadilhas nas 61 residências pesquisadas.

Na pesquisa de anticorpos em 280 cães, pela técnica de imunofluorescência indireta verificou-se que 3,1% dos animais eram positivos (11 amostras); no teste rápido Dpp® observou-se positividade em 6,3% das amostras positivas (22 amostras) e no teste imunoensaio (ELISA) resultou em 32,7% (132 amostras). Entre 30 cães que apresentem resultados positivos em dois ou três testes



sorológicos, novas amostras foram coletadas e PCR foi realizada a partir de sangue ou punção de gânglios linfáticos. Na reação de PCR verificou-se que 17 animais apresentavam o parasito na camada leucocitária que foi amplificado fragmento utilizando iniciadores específicos (RV1/RV2), para *Leishmania* (L.) *infantum*. Posteriormente o parasito foi isolado de cães com sinais clínicos da doença. Desta forma é possível afirmar que com o emprego das técnicas de PCR, usando oligonucleotídeos iniciadores específicos para *Leishmania* (L.) *infantum*, a comparação da sequência com cepas referências depositadas no genBank que os isolados obtidos em cães de Foz do Iguaçu pertencem a espécie *Leishmania* (L.) *infantum*.

### ASPECTOS CLÍNICOS DA LEISHMANIOSE VISCERAL

O espectro clínico das leishmanioses é caracterizado por sua diversidade e complexidade. As manifestações clínicas da doença dependem, principalmente da resposta imune desenvolvida pelo hospedeiro (CHAPPUIS et al., 2007; TAVARES et al., 2009).

A LV, uma das formas clínicas clássicas das leishmanioses, caracteriza-se por ser uma doença que acomete as vísceras do paciente sendo invariavelmente fatal, quando não tratada (DAHER et al., 2009).

As manifestações clínicas da LVC podem variar consideravelmente e são dependentes da interação da resposta imunológica apresentada pelo cão e da fase da doença (BRASIL, 2004; GONTIJO; MELO, 2004). O período de incubação pode variar de 1 mês a 4 anos.

Os sinais clínicos comumente observados nos cães são: linfadenomegalia, onicogribose, queda de pelos, lesões ulcerativas, prurido, diarreia, ceratoconjuntivite, esplenomegalia, edema de patas, entre outros. Em estágios mais avançados, observa-se também paresia das patas posteriores, caquexia, inanição, evoluindo para a morte (FEITOSA et al., 2000; BRASIL, 2004; ALBUQUERQUE et al., 2007).

Geralmente a doença é confundida pelos clínicos com demodicose ou alterações hormonais.



Foto oficial da equipe

Como o diagnóstico é dificultado pela semelhança dos sintomas clínicos com doenças encontradas mais comumente é necessária a detecção de anticorpos específicos às proteínas do parasita em amostras de soro dos pacientes. Nesses casos, a Análise de Imunoabsorção por Ligação Enzimática (ELISA), a Reação de Imunofluorescência Indireta (IFAT) e o Teste de Aglutinação Direta (DAT) são indicados.

O diagnóstico definitivo é feito por exames parasitológicos, nos quais se realizam culturas de aspirados do baço, fígado e medula óssea (SUNDAR; RAI, 2002; TAVARES et al., 2003). Métodos baseados em técnicas moleculares, como a reação em cadeia da polimerase (PCR), que são aplicados na detecção de DNA dos parasitas, sendo os mais confiáveis em sua identificação. Para a confirmação do diagnóstico duas ou mais técnicas são necessárias (MAIA; CAMPINO, 2008).

Segundo Ferrer et al. (1995), as técnicas laboratoriais utilizadas no diagnóstico da LVC apresentam sensibilidade e especificidade variáveis e, nos estágios iniciais da doença, uma porcentagem elevada dos animais pode apresentar soro negatividade e outros, mesmo clinicamente curados, podem permanecer sorologicamente reativos por longos períodos de tempo.

Participaram  
*Alceu Bisetto Júnior*  
*Vanete Thomaz Soccol*  
*Italmar T. Navarro*

### REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças: Leishmaniose Visceral. Guia de Vigilância Epidemiológica: leishmaniose visceral, 6 ed. Brasília, Ministério da Saúde, p. 457-501, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças: Leishmaniose Visceral. In: manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral. Brasília, 120 p. (Série A). Normas e Manuais Técnicos, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. In: manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana, Brasília, 182p., 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde - Portal da Saúde. <http://portalsaude.gov.br>, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota técnica conjunta da Secretaria de vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul sobre a situação da Leishmaniose Visceral na fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com a Argentina. Brasília, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde, 2010b. Situação epidemiológica das zoonoses de interesse para a saúde pública. Bol. Eletro. Epidemiol. 10 (2). Disponível em: <[http://portalsaude.gov.br/portal/arquivos/pdf/ano10\\_n02\\_sit\\_epidemiol\\_zoonoses\\_br.pdf](http://portalsaude.gov.br/portal/arquivos/pdf/ano10_n02_sit_epidemiol_zoonoses_br.pdf)>. Acesso: 7 mar. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Nota técnica sobre vacina anti-leishmaniose visceral canina. Brasília, 2004.

CASTRO, E.A., et al. Standardization of ELISA (Enzyme linked immunosorbent Assay) and Indirect Fluorescent Antibody Test (IFAT) techniques for canine cutaneous leishmaniasis. In: Roussos, S., Soccol, C.R., Pandey, A., Augur, C. (Eds.), New Horizons in Biotechnology. Kluwer Academic Publishers, p.421-428, 2003.

Cunha, R.C. et al., 2012. Laboratory diagnosis and clinical signs of canine visceral leishmaniasis in dogs examined at the center for zoonosis control in Campo Grande - MS, Brazil. Arch. Vet. Sci. 17(4), 17-26.

Dias, R.C.F. et al., 2013. Occurrence of anti-Leishmania spp. Antibodies in domiciled dogs from the city of Foz do Iguaçu, state of Paraná, Brazil. In: Fifth World Congress on Leishmaniasis, 826.

SANTOS, Demilson Rodrigues dos; FERREIRA, Adão Celestino and BISETTO JUNIOR, Alceu. The first record of *Lutzomyia longipalpis* (Lutz & Neiva, 1912) (Diptera: Phlebotominae) in the State of Paraná, Brazil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. [online]. 2012, vol.45, n.5, pp. 643-645. ISSN 0037-8682.

FUNASA-MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br> Acesso em 15 jan. 2010.

GONTIJO, C.M.F.; MELO, M.N. Leishmaniose Visceral no Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 7, n. 3, p. 338-349, 2004.

THOMAZ-SOCCOL, V., et al. Casos alóctones de leishmaniose visceral canina no Paraná, Brasil: implicações epidemiológicas. Rev. Bras. Parasitol. Vet., Jaboticabal, v. 18, n. 3, p. 46-51, jul.-set. 2009.

## Os desafios do futuro já estão no presente

O ambientalismo e as discussões socioambientais já provocaram muitas alterações nos comportamentos humanos, sociais, legislativos e profissionais em todo o mundo.

A crise ambiental que vem sendo discutida e tratada em todos os segmentos da sociedade e das ciências provocam várias tensões e muitas facetas são apresentadas. Nas linhas abaixo, tentaremos demonstrar a relação entre a Medicina Veterinária e o meio ambiente, suas considerações socioambientais, econômicas e epistemológicas.

Organismos internacionais procuram levar essa discussão em todos os níveis de conhecimento, pois entendem que a crise ambiental é também principalmente uma crise social. Gatarri (1995), em sua expressão de ecosofia alerta para a real e urgente necessidade de alteração do modo de vida do sujeito, da sociedade e que conseqüentemente refletirá no meio ambiente. A discussão passa para um plano ético com uma visão holística do problema.

A Medicina Veterinária com sua enorme importância quer seja ato ou potência, deve-se preocupar com esse tema de forma muito mais profunda do que simplesmente ter ações tecnológicas que procuram resolver a questão. Boff (2003), deixa claro que não se trata de tecnologia, mas de princípios, corroborando também (Pelizolli, 2002) que deixa acentuadamente sua posição sobre as soluções “mágicas”, reducionistas e tecnicistas apresentadas que não dão conta do problema.

Hoje temos uma real e verdadeira ameaça de destruição do planeta Terra, não é ficção científica e não depende de um botão vermelho, ou da skynet hollywoodiana. A alteração, degradação, poluição e a exploração não sustentável de nosso planeta levam à conseqüências que afetam a todos, independente da classificação que queiram dar a países, regiões ou sociedades.

O problema é comum a todos.



Comissão de Meio Ambiente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná.

A questão então que se coloca é a seguinte: a medicina veterinária faz parte do problema ambiental ou faz parte da solução do problema. Nesse contraponto está toda a perspectiva de manutenção dessa ciência, qual posição que ela deseja ficar é que determinará o futuro dessa ciência.

### BREVE HISTÓRICO DO AMBIENTALISMO

Desde há muito tempo o meio ambiente tem sido considerado nas sociedades, normalmente de forma conservacionista ou preservacionista num modelo de antropocêntrico e egóico (Junges, 2004). Desde as Ordenações Manuêlinas \*1 já havia punições para aqueles que degradavam alguma propriedade pertence à corte ou à particular, sendo a pior das punições ser degradado de forma definitiva para o Brasil colonial. Livro V, Título LXXVIII: “E a pessoa que matar besta, de qualquer sorte que seja, ou boi ou vaca por malícia, se for na vila ou em alguma casa, pague a estimação em dobro, e se for no campo, pague em tresdobro, e todo para o seu dono: e sendo o dano de quatro mil réis, seja açoitado e degradado quatro anos para

a África. E se for de valia de trinta cruzados e daí para cima, será degradado para sempre para o Brasil.” (WAINER, 1991, p. 22)

Mas o pensamento ambiental moderno tem seu maior desenvolvimento no século XX, inicialmente com o aclamado *Silent Spring* escrito por Rachel Carson em 1962. Na continuidade não há como não falar na da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, de 1972, ela foi um marco na história política em que definiu vários conceitos e projeções futuras, influenciando políticas mundiais, legislações e o próprio mercado.

No Brasil, fruto dessa e de outras conferências, temos a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente Lei 6938/81 que é de extrema importância e qualidade, sendo sancionada 7 anos antes da nossa atual Constituição, a primeira Carta Maior com um capítulo totalmente voltado para o meio ambiente. A Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) e a Leis de Crimes Ambientais (Lei 9605/98), juntas formam uma base sólida dos diplomas legais que versam sobre meio ambiente.

Na continuidade tivemos a produção de vasto material legislativo e doutrinário, pautado não por um ambientalismo meramente antropocêntrico e utilitarista, mas numa cosmovisão holística de meio

\*1 - As Ordenações Manuêlinas são três diferentes sistemas de preceitos jurídicos que compilaram a totalidade da legislação



ambiente, de tal sorte que hoje nossa legislação sobre o tema é uma das mais avançadas do mundo e rica em detalhes, procedimentos e conceitos, certamente cunhada com fortes tensões e por interesses diametralmente opostos, mas assim que se dá o ambientalismo, na discussão plena das ideias.

Mesmo com essa qualidade toda, nosso país não se destaca em produção sustentável, esse termo para muitos é um mito, um marketing verde, “Greenwash”, em que não é possível equilibrar lucro com sustentabilidade.

O tema sustentabilidade nos ensinamentos de (Grum, 1996) fere ao modelo cartesiano do ensino da Medicina Veterinária e a grande negação, a dirrupção, fragmentalismo e o reducionismo manifesta-se também naquilo que não é dito, ou seja, as áreas de silêncio daquilo que o modelo atual não sabe, manifesta-se em abandonar o desconhecido e ficar comodamente na área de conforto de uma ciência já pensada e repensada, não correndo o risco de se lançar no desconhecido. Mantem-se o mecanicismo estrutural da Medicina Veterinária e não se corre o risco de encontrar a sua verdadeira ignorância.

Pergunta-se então: qual o caminho da Medicina Veterinária? Seu papel é de protagonista ou coadjuvante? Terá capacidade para fazer parte do grupo de soluções ambientais ou ficará no grupo do problema ambiental?

### O FUTURO NO PRESENTE, UMA SAÚDE

O termo “One Health” \*2 não pode e não é um mero ícone de marketing. A expressão resume a visão holística que o profissional atual deve ter, pois não há saúde humana ou animal se o meio ambiente está degradado. A necessidade de se incorporar de forma mais biocêntrica, não é discurso verde, mas sim necessidade econômica, social e política. Todos os indicadores atuais levam em conta as disposições ambientais para definir políticas econômicas e mercadológicas, organismos como Banco Mundial, OMS, OMC, etc. não procuram a mera

quantificação dos IDH, mas sim a qualificação de uma dada região.

O IRI \*3 (Índice de Riqueza Inclusiva) é um exemplo da realidade presente que a ONU procura para alterar o modelo mecanicista e anacrônico existente.

\*3 - O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) é um indicador adicional macroeconômico para avaliar o desempenho de uma economia e orientar o desenvolvimento econômico nacional no sentido da sustentabilidade. Como ele monitora alterações nos ativos de uma nação, ou seja, produção, capital humano e natural, ao longo do tempo o IRI apresenta uma perspectiva de longo prazo no bem-estar humano e sustentabilidade. Ele dá aos governos nacionais e às autoridades de planejamento uma ferramenta para medir como eles estão usando a base produtiva de seu país.

A globalização impõe à Medicina Veterinária um papel importantíssimo de ser uma das ciências com maiores possibilidades e competências para garantir a saúde de forma geral. Os esforços não podem se resumir a soluções tecnológicas e pontuais, é necessário expansão desse conhecimento de uma só saúde para que a Medicina Veterinária seja um componente social destacado, vez que é pela componente “saúde” no sentido lato, que um país será considerado desenvolvido, sob o risco de perder o maior campo até agora proposto para essa ciência, o meio ambiente.

Nada é tão maior que a interface com o meio ambiente. Nenhuma das áreas até agora que a Medicina Veterinária teve atuação se comparará com a atuação no meio ambiente. Caso essa ciência feche os olhos para isso, certamente a realidade fática determinará a ocupação imediata desse espaço por outros profissionais. As ações ou omissões presentes determinarão o preço

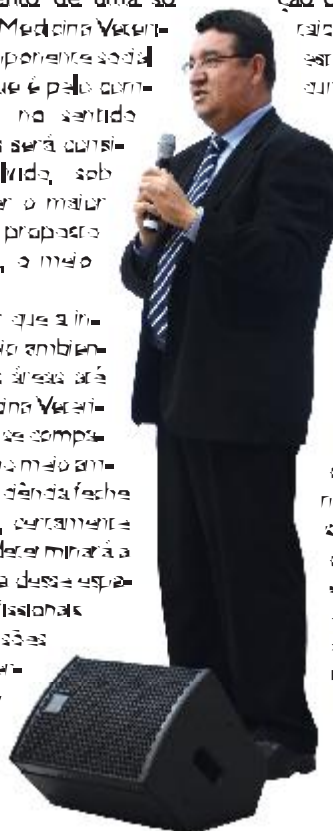
que teremos que pagar para manter o futuro com condições para que as futuras gerações tenham o meio ambiente equilibrado e sustentável. A Medicina Veterinária tem de dar sua contribuição, sob o risco eminente de desaparecer em algumas décadas.

A perda de campos laborais para outras áreas das ciências não é mera querela de interesses pessoais, ou pequenas disputas políticas. Hoje a Medicina Veterinária perde espaço por ignorar áreas que deveriam pertencer a ela, a mera proteção legal que dá a Lei 5517/68 e algumas outras no ordenamento pátrio, é frágil e pode transmutar rapidamente, não basta ter a proteção legal, é necessário demonstrar capacidade para exercer com qualidade o que está determinado na lei. Não basta aparentar ser bom, ter de ser bom. Entendemos que as soluções das questões apresentadas passam por diversas e distintas formas de enfrentar o problema, não há solução mágica, rápida e curta, engana-se também quem entende que a solução não passa pela Medicina Veterinária, ela é componente essencial nesse embate. Sem a observação criteriosa dos problemas ambientais,

o ator social médico veterinário está prestes a sucumbir e perder o curso natural da história e nesse quesito, o mercado e a sociedade são darwinistas e eliminam os mais fracos e despreparados. Abaixo nomeamos algumas das partes que forma a solução tendo como premissa uma vertente organicista.

### I) A SOLUÇÃO PELOS PROFISSIONAIS

A sociedade necessita muito mais do que veterinários sejam ótimos técnicos porque quem domina o conhecimento informativo sem dominar a sabedoria multifacetada, não competirá com o que se deseja. Uma pessoa cheia de conhecimento e desprovida de sabedoria se torna um fardo para um mundo em constante mudança. Não é suficiente ser preparado para o mercado, tem de ser preparado para sociedade. O mero “penso logo sou” de



Mauricio de Jesus Tozetti palestrando

\*2 - <http://www.oie.int/es/para-los-periodistas/onehealth-es/>

Renné Descartes já não é mais suficiente. O ator social tem que subir um patamar além da mera razão, o desencantamento do mundo como já declarado pelos frankfurtianos \*4 que demonstram que o homem (homo faber) não pode dar conta dos problemas atuais, logo, a Medicina Veterinária não pode ser somente “faber”, mas sim “sapiens”.

\*4 - O Frankfurtianos citados no texto referem-se a Escola de Frankfurt, que consistia em um grupo de intelectuais que na primeira metade do século passado produzia um pensamento conhecido como Teoria Crítica. Dentre eles temos Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Com a II Guerra Mundial, eles saíram de Frankfurt, na Alemanha, para se refugiar nos Estados Unidos, voltando apenas na década de 50.

O profissional Médico Veterinário não pode subsumir a ordem estabelecida sem questionamentos fundados em modelos éticos. O profissional desejado é aquele que tem capacidade de gestão, decisão acertada com visão abrangente, coerência na argumentação e capacidade maiêutica e não a mera retórica de imposição de ideias pré-concebidas. A solução passa por esse sujeito, sem o qual não há como dar as respostas às inquietações sociais. O Médico Veterinário faz parte desse corpo social e é chamado a se apresentar de forma concreta e epistêmica, vez que não cabe mais a mera opinião doxológica. Enquanto os órgãos estatutários nacionais comprometem a maior parte de seus esforços em fiscalizar o mau profissional, deixam de fiscalizar a atuação daqueles que não são profissionais médicos veterinários que tomam espaço da Medicina Veterinária, ou seja, enquanto temos muitos maus profissionais, não teremos meios para proteger e resguardar nossos campos de atuação.

## 2) A SOLUÇÃO ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR, TRANSVERSAL, PERMEÁVEL ÀS CIÊNCIAS MOLES

A solução da crise socioambiental passa também, necessariamente, pela academia. É nela que os profissionais são

moldados e treinados para dar resposta à sociedade. A ideia do profissional destinado ao mercado é falaciosa, rasteira e rasa. O papel das organizações é tão importante que elas ouvem a voz da sociedade e transformam seus pedidos em produtos e, caso o Médico Veterinário não saiba ouvir a voz da sociedade, ele estará fadado ao insucesso.

A academia não pode se olvidar do componente social que a compõe. Ela deve verificar a busca de uma solução da crise socioambiental que já se descortinou, o que está muito além dos currículos cartesianos, limitadores, incomunicáveis, que destinam o ator Médico Veterinário para à sociedade sem qualquer compreensão dela, limitando a formar um técnico sem qualquer visão de sociologia, psicologia social, antropologia, jurídica, etc.. É como se entregasse para o mar um barco fortemente lastreado de conhecimento, mas sem possibilidade de flutuação.

A academia deve alterar seu modo permanente de fazer as coisas. A visão reducionista e limitada poderá ser o causador da derrocada desse tipo de formação. Somente as academias que tiverem pensamento interdisciplinar, transversal e permeável às outras ciências terão a possibilidade de preparar o cidadão com competências mínimas de atuação cosmopolita.

O modelo presente, advindo do cartesianismo e suas vertentes, é meramente explicativo, impede a construção de uma linguagem multifacetada e complexa que permeia o socioambientalismo, assim nossa linguagem disruptiva é antagonista à dialogicidade integrativa e compreensiva, portanto, ainda inapta a transformação premente.

## 3) A SOLUÇÃO NA FORMAÇÃO DE UMA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA BRASILEIRA

O Brasil conta com mais de cem mil profissionais veterinários, são mais de 200 faculdades espalhadas pela nação (CFMV, 2013), mas carecemos da criação de uma escola de veterinária brasileira, com modelo e formação distinta da tradição eurocêntrica ou estadunidense. A Medicina Veterinária brasileira, necessita tomar posição de vanguarda mun-

dial, pois o modelo atual é réplica de um conjunto obsoleto e direciona para uma medicina veterinária não expansiva, basta ver que durante muitos anos temos nos afastados de áreas de enorme potencial econômico. O modelo copiado nos afasta por uma série de barreiras que a própria Medicina Veterinária cria, vejamos: por muito tempo não nos voltamos a piscicultura, oceanografia, apicultura, sericultura, malacocultura, carcinicultura, serviços em áreas de proteção ambiental, licenciamento ambiental, manejo em áreas de repascimento de hidrelétricas, gestão de Áreas de Proteção ambiental, etc., isso sem mencionar a Medicina Veterinária Social que simplesmente não é apreciada no modelo mercantil preconizado.

Isso se reflete na perda contumaz de áreas de atuação do Médico Veterinário, fazendo que organizações de direito público ou privado, não mais lancem em seus editais vagas para esse profissional em áreas de gestão ambiental ou análise ambiental, primeiro porque esses profissionais não têm mais competências nessas áreas, vez que seus currículos não trazem formação adequada para tal, segundo, que mesmo quando lançam vagas para concorrência com profissionais de outras áreas, os Médicos Veterinários têm muita dificuldade em responder questões sobre sistema de gestão ambiental (SGA), Legislação Ambiental, Licenciamento Ambiental, Medicina Veterinária Social, Antropologia, Sociologia, Qualidade e Certificação ambiental, ISO9000, ISO 14000, etc., o que não os qualificam na área, como já dito acima, de maior abrangência já observada pela Medicina Veterinária. Portanto, a tentativa de solução dos problemas socioambientais passa por uma nova escola de Medicina Veterinária brasileira, com visão ampla em que o profissional tenha a capacidade de enxergar mais longe e de se inserir na sociedade de forma mais efetiva, quebrando barreiras e paradigmas, pois só assim se aproximará dos problemas que se descortinam.

Para tanto a aproximação com outras áreas de conhecimento é fundamental, urgente e obrigatória, como já disse o maior de todos os educadores brasileiros, Paulo Freire “O sujeito pensan-

te não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um 'penso', mas um 'pensamos'. É o 'pensamos' que estabelece o 'penso' e não o contrário."

#### 4) A SOLUÇÃO PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS / SOLUÇÃO PELA ÉTICA

Os problemas que insistentemente ainda são colocados como "problemas do futuro" já estão no presente. As sensíveis perdas ambientais se refletem nos custos socioambientais incorporados nos produtos de hoje. Uma organização coloca no preço final de seu produto o custo ambiental, isso tem de ser discutido com o Médico Veterinário com a mesma importância que se discute as disciplinas elementares da formação do profissional com competência do primeiro dia.

Ainda mais: como a sociedade cobra e cobrará desse ator social por perdas irreparáveis do meio ambiente? Como a sociedade exigirá desse mesmo ator ao qual a sociedade delegou poderes para atuar com técnica, inteligência e conhecimento numa ciência intimamente ligada ao ambiente?

O tecnicismo aplicado nos currículos não dá conta desse problema. É necessário flexibilizar e enxugá-lo, e incluir conceitos de filosofia, lógica, ética, sociologia, antropologia entre outras ciências. É pelo conceito dialógico que surgem as mudanças.

Entendemos que a solução está nas ciências moles integradas com as ciências duras, essa dicotomia há tanto tempo sofrendo debates deve ser transmutada em binômio de forma a integrar-se e não a separar-se. E em outras palavras, as ciências sociais devem fazer parte do novo pensamento da Medicina Veterinária e junto com elas o socioambientalismo terá papel relevante na criação do modelo que pode auxiliar a dar as respostas agora para as questões presentes, bem como para as questões futuras.

A pergunta que as futuras gerações certamente farão é a seguinte: Como nossos antepassados foram tão irresponsáveis por nos deixar um planeta tão destruí-

do? A Medicina Veterinária faz parte da formulação hoje dessa resposta futura. A dimensão ética deve então ser almejada em nosso relacionamento com o meio ambiente, muito tem se falado em antropocentrismo, biocentrismo, deppy ecology, ecoética, ética da alteridade, mas o biorregionalismo (Cheney, 1989) parece ser um pequeno ponto a ser observado, ou seja, a correlação do homem com o espaço geográfico, o lugar ou o topofilia\*5, em que se dá a construção do entendimento do sujeito, da comunidade e do mundo.

\*5 - Topofilia é descrito como o sendo "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico".

Talvez outra premissa para coadunar as possíveis respostas para o problema engendrado, passa pela ética do cuidado (Boff, 2003, p. 86) que assim assevera: "Sem cuidado, trunfa a entropia, vale dizer, o desgaste de todas as coisas sob a usura irrefreável do tempo; com cuidado, cresce a entropia, a conjura suave de todos os fatores que mantêm e prolongam o mais possível a existência."

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas considerações com a apresentação de um problema que não é mais futuro, está guturalmente ligado a nós, e é essa geração que tem a responsabilidade de dar respostas para as gerações futuras, elas já estão nos perguntando qual será nossa herança. Cabe, portanto, refletir sobre qual grupo pertencemos, aos desterrados ou aos cuidadores.

O termo uma saúde é obrigação da Medicina Veterinária, mas não só isso, ela é procuradora da sociedade que necessita de respostas atuais, presentes e não simplesmente ações procrastinatórias sobre o socioambientalismo e o papel da Medicina Veterinária é fundamental na construção desse tema.

Somente pela interdisciplinaridade, interface com outras áreas do conhecimento e principalmente com as ciências moles é que as modificações darão resultados práticos.

Certamente nossa motivação não foi dar respostas exaustivas ao tema, até porque ele está em constante mutação, as soluções de hoje, necessariamente não são as de amanhã, há uma necessidade de acurar todos os dias o tema, esse é o vetor de fascínio e comprometimento. Entendemos que somente pela alteração primordial do modelo vigente—academia, profissionais e o pensamento da Medicina Veterinária - é que essa ciência dará uma resposta objetiva, clara e participativa, sob o risco dela mesmo sofrer uma intussuscepção e dentro de pouco tempo pode desaparecer, ou ficar reduzida a um vestígio do que já foi.

O tempo dirá.

MAURICIO DE JESUS TOZETTI, ME.  
CRMV/PR 2780  
OAB/PR 38229

O autor é Médico Veterinário, Advogado e Mestre em Educação, com ênfase em Educação Ambiental e Direito Ambiental, preside a Comissão de Meio Ambiente do CRMV/PR e é professor de Direito Ambiental.

#### REFERÊNCIAS

BOFF, L. Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Constituição Federal, coletânea de legislação de direito Ambiental/ org. Odete Medauer, obra coletiva de autoria da Editora dos Tribunais- 3. ed., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. p. 138.

\_\_\_\_\_. Lei 5.197, de 03 de Janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção a fauna e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1967. p. 177.

\_\_\_\_\_. DECRETO-LEI Nº 1.413, de 14 de agosto de 1975. Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. Diário Oficial da União, Brasília, 1975. p. 113.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 1997. p. 470.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publica a Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850

CHENEY, J. Postmorden environmental ethics: Ethics as biorregional narrative. Environmental Ethics. n.º2, 1989, vol. 11

GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. Campinas/SP: Papirus, 1996.

GUATARI, F. As três ecologias. 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 1995.

JUNGES, J. R. Ética ambiental. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

PELLIZZOLI, M. L. Correntes da Ética Ambiental. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WAINER, A. H. Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

# A importância da medicina veterinária de animais selvagens

Novas áreas de especialidade vêm se somando às tradicionalmente ocupadas pela profissão, e essa afirmação é especialmente válida no que concerne à medicina de animais selvagens.

Trata-se de uma das especialidades veterinárias com maior potencial de desenvolvimento, especialmente em função das prementes necessidades de conservação de espécies ameaçadas de extinção. Para que tal conservação possa ser levada a efeito, além de atividades de preservação ambiental, é fundamental a manutenção da sanidade dos exemplares de animais selvagens mantidos em cativeiro.

Tais animais constituem uma valiosa reserva genética, e sua criação e manejo em cativeiro implica em sofisticadíssimos conhecimentos biomédicos.

Assim, é imperioso que existam médicos veterinários preparados para exercer atividades de clínica médica, clínica cirúrgica, clínica odontológica e biotecnologia da reprodução na área de animais selvagens, especialmente os da fauna nativa do Brasil, ainda pouco estudada.

Nesse contexto, o CRMV-PR instituiu a Comissão Estadual de Animais Selvagens, que realizou sua primeira reunião no dia 20 de Dezembro de 2013, atendendo a uma convocação especial do Vice-Presidente, Prof. José Ricardo Pachaly, que desejava tratar com seus membros de assuntos anteriormente debatidos em uma reunião que ocorreu em Foz do Iguaçu, durante a Conferência Global da OIE.

O Prof. Pachaly milita nesta área desde sua graduação, em 1982, e já atuou como consultor de diversos criatórios e zoológicos, proferiu centenas de palestras, publicou dezenas de artigos, criou cursos de especialização, ministrou disciplinas com esse tema em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado no Brasil e no exterior. Em 1988, na qualidade de “Professor Voluntário” na UFPR, criou na instituição a disciplina de medicina de animais



Fábio, Marcelo, Pachaly e Evandra

selvagens que é atualmente ministrada pelo Prof. Dr. Rogério Ribas Lange. Pachaly concorreu e foi aprovado em concurso público em 1993, e permaneceu na UFPR até 1997, transferindo-se então para a UNIPAR, em cujo programa de mestrado é professor orientador. Em 1990, a pedido do então Presidente do CRMV-PR, Dr. Paulo Alfredo Miranda, ele escreveu um artigo que foi publicado naquele que era o veículo de divulgação impressa da autarquia, o jornal “Veterinária & Zootecnia”, intitulado “A Importância da Medicina de Animais Selvagens”.

Aquele artigo, com pequenas modificações e atualizações, é agora reapresentado aos Médicos Veterinários do Paraná.



Jaguaritina em procedimento odontológico.

Apesar do texto já ter 25 anos, é interessante notar que permanece moderno, e traduz a essência do que se busca nessa área da profissão veterinária.

## A IMPORTÂNCIA DA MEDICINA VETERINÁRIA DE ANIMAIS SELVAGENS

Uma das muitas especialidades da moderna Medicina Veterinária, a Medicina de Animais Selvagens passa atualmente por uma fase de grande evidência, haja vista a realização de diversos cursos, simpósios e congressos abordando especificamente o assunto, bem como a adoção da disciplina de Clínica Médica de Animais Selvagens e de Zoológico nos currículos dos cursos de Medicina Veterinária das principais Universidades do país.

Esse interesse reflete uma tendência mundial, há muito observada na Europa, na Austrália, na África do Sul e na América do Norte, onde existem inclusive associações de especialistas promovendo constante incremento do conhecimento científico na área.

Considerando como animais selvagens todos aqueles que não são usados pelo

homem como animais domésticos, delimitam-se como pontos de maior interesse em Medicina Veterinária os vertebrados de todos os tipos, desde aves, répteis, primatas, carnívoros e herbívoros selvagens até anfíbios e peixes.

Sabendo que existem cerca de 6.000 espécies de répteis, 8.600 de aves e 4.400 de mamíferos, podemos ter uma ideia da enorme variedade de animais com os quais o Médico Veterinário empenhado nesta especialidade poderá vir a se defrontar no exercício de sua atividade profissional.

Evidentemente existem razões e motivos para o crescente interesse na Medicina de Animais Selvagens, e quatro são os interesses principais:

- 1- Interesse Conservacionista
- 2- Interesse Econômico
- 3- Interesse Sanitário
- 4- Interesse Afetivo

## I. INTERESSE CONSERVACIONISTA

Observa-se atualmente uma conscientização e mobilização de população em geral, da iniciativa privada e dos governos no que diz respeito à necessidade de preservação ambiental.

No espaço de uma geração o planeta passou de um local onde pessoas eram cercadas por vida selvagem para um local onde esta vida selvagem encontra-se cercada e cada vez mais oprimida pela explosão demográfica humana.

A destruição do meio ambiente e a restrição das áreas de habitat da vida selvagem estão contribuindo rápida e significativamente para a ameaça de extinção de várias espécies animais.

Segundo estimativas dignas de crédito, nos próximos 30 anos, 15 a 20% de todas as espécies de plantas e animais serão extintas da face da Terra. Isso faz com que seja extremamente necessário um trabalho sério a fim de procurar preservar o que resta de nossa herança zoológica, mantendo os animais selvagens em condições plenamente satisfatórias, enquanto indivíduos e enquanto patrimônio genético.

Assim, o papel dos parques zoológicos e reservas de vida selvagem não é ape-

### CURSO

## Treinamento Intensivo em Odontoestomatologia

O Curso de Treinamento Intensivo em Odontoestomatologia de Animais Selvagens reuniu no Parque Ecológico Klabin, em Telêmaco Borba, quatro membros da Comissão de Animais Selvagens do CRMV-PR. Ministrado em regime de imersão pelo professor José Ricardo Pachaly, vice-presidente do Conselho, para grupo restrito de quatro trainees, teve o envolvimento de Marcelo Rocha Carneiro, Evandra Maria Voltarelli Pachaly e Fábio Gama Góes, médico veterinário do Parque Ecológico. O curso teve fundamentos de contenção farmacológica, anestesiologia e odontoestomatologia em animais selvagens na programação teórica de quatro horas, além de dez horas práticas para captura, anestesia e procedimentos odontológicos selecionados em uma jaguatirica (endodontia e dentística restauradora), um lobo guará (periodontia e oncologia) e um bugio (exodontia) no segundo dia de atividades. Por fim, quatro horas práticas de tratamento de exodontia e cirurgia buco-maxilo-facial em peças anatômicas. O curso foi ofertado pela Divisão de Treinamento Profissional do Instituto Brasileiro de Especialidades em Medicina Veterinária.

O Parque Ecológico ocupa área de 9.000 hectares de mata nativa em Telêmaco Borba e o médico veterinário Fábio Luiz Gama Góes trabalha no atendimento e manejo dos animais mantidos em cativeiro e integra equipe técnica que conta com a participação do biólogo Felipe Avina. “As nossas atividades abrangem projetos internos voltados à conservação de espécies autóctones e na rotina de trabalho temos a manutenção do criadouro científico de animais silvestres, voltado à conservação ex-situ, investimos em reprodução para futuros projetos de manejo da fauna”, explica o veterinário Fábio Góes.

O Parque tem 225 animais de 51 espécies e atende praticamente todos os dias animais resgatados na região, vítimas de atropelamentos ocorridos em rodovias ou estradas que cortam a fazenda. O trabalho é feito com apoio da Polícia Ambiental. Os animais são entregues para atendimento apresentando vários tipos de lesões, “das mais simples, como cortes e escoriações leves, às mais graves, como trauma cranioencefálico e espinhal”, destaca Fábio Góes.



Marcelo Carneiro

nas de proporcionar uma exibição de animais, mas também atuar na educação ambiental da população e fundamentalmente da conservação e reprodução das espécies em extinção.

Se isso não for praticado não há razão para a existência destas instituições. Atualmente, além de parques zoológicos e reservas naturais, existem programas tanto governamentais como

de iniciativa privada, de recuperação ambiental de áreas degradadas pela mineração e outras atividades econômicas, e posteriormente soltura nessas áreas de animais criados especificamente para este fim, respeitando a estrutura ecológica da região e não apenas transplantando animais de outras áreas. Assim, além de manutenção de plantéis estáveis em zoológicos e da conservação de animais já existentes em reservas, também existe o objetivo de reintroduzir num meio recuperado, animais criados especificamente para este fim. A função do Médico Veterinário envolvido nesta atividade conservacionista é a de manter a sanidade de todos os outros animais, trabalhando desde a prevenção e tratamento de enfermidades até a elaboração de programas adequados de nutrição e reprodução.

## 2. INTERESSE ECONÔMICO

O interesse econômico com relação a animais selvagens existe mesmo em parques zoológicos e coleções particulares, cujos plantéis contêm por vezes animais raríssimos e de grande valor, o qual leva a enormes esforços para manutenção das melhores condições de sanidade para os animais. Referimo-nos principalmente, porém a três setores distintos, relacionados com a exploração de animais selvagens como fonte de lucros:

### Exploração Turística

Trata-se do aproveitamento do potencial da criação de animais selvagens em cativeiro com a finalidade de expô-los em público de uma maneira mais direta que parques zoológicos convencionais, em "Parques Safari" como aqueles que já existem em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde visitantes podem ter um contato mais íntimo com animais selvagens em um ambiente que simula o habitat natural daqueles animais.

### Exploração Cinegética

Da mesma forma que no hemisfério norte, existe no Brasil um enorme potencial de aproveitamento de animais selvagens criados em fazendas e reservas de caça devidamente estruturada segundo orientação do IBAMA para satisfação dos impulsos cinegéticos de certas pessoas.



Pachalye loba-Guará

Fazendas deste tipo já existem no Paraná e em Mato Grosso do Sul e popularização destes empreendimentos, além de gerar lucros e impostos que podem ser revertidos para entidades conservacionistas, evitaria que muitos caçadores continuassem a caça ilegalmente dizendo o pouco que resta da nossa fauna selvagem de vida livre.

### Exploração zootécnica

Outro ponto de enorme importância econômica e para a preservação do patrimônio genético representado pelas espécies selvagens é o aproveitamento destes animais com finalidade zootécnica.

Já existem em andamento projetos de criação e abate de capivaras, porcos selvagens e jacarés para obtenção de carnes e couros, criação de serpentes peçonhentas para obtenção de seu veneno com o qual se fabricam medicamentos sofisticados e não apenas os conhecidos soros antiofídicos, sendo a peçonha

extremamente visada no mercado internacional, criação e abate de grandes serpentes como jiboias e sucuris para obtenção de couros, apenas para citar os programas de maior porte.

Apesar do objetivo puramente financeiro, essas atividades são extremamente importantes em termos de preservação, de vez que representam alternativas a predação e a depredação que habitual e infelizmente tem ocorrido em nosso país, contribuindo para evitar a matança clandestina que anualmente vitima centenas e milhares de espécimes de nossa fauna, contribuindo ainda para gerar empregos e recursos na forma de impostos. Com relação a empreendimentos como os citados aqui, a função do Médico Veterinário está intimamente ligada à lucratividade, a qual evidentemente encontra-se estreitamente vinculada a sanidade e produtividade dos animais, que só podem ser alcançadas com a manutenção de programas de profilaxia, terapia, manejo nutricional e reprodutivo.



Fábio Goes

## 3. INTERESSE SANITÁRIO

Em termos de saúde pública, humana e animal há necessidade de estudo e conhecimento das zoonoses transmitidas por animais selvagens, bem como das interações entre enfermidades de animais selvagens e de animais domésticos, visto que aqueles podem atuar como reservatórios de moléstias economicamente importantes.

Existe uma enorme defasagem em nosso conhecimento sobre animais selvagens sul-americanos e os papéis que desempenham em nível de enfermidades de interesse de saúde pública, e esta defasagem só será resolvida, para benefício do país, com a atuação de médicos veterinários em pesquisas básicas e avançadas.

O mercado de trabalho para profissionais da área da Medicina de Animais Selvagens no Brasil, atualmente e principalmente num futuro próximo, não se limita apenas à atividade clínica em parques zoológicos e hospitais particulares, abrangendo porém um leque muito mais amplo de opções, que incluem reservas naturais de conservação de vida selvagem, reservas biológicas, programas de reprodução em cativeiro de espécies nativas ameaçadas de extinção, projetos de aproveitamento econômico de animais selvagens e principalmente programas de preservação ambiental e repovoamento faunístico, realizados por empresas privadas e governamentais, cujo interesse nessa área tem crescido muito, em função de novas disposições legais presentes na constituição de 1988, da imagem de confiabilidade e respeitabilidade traduzidas pelo interesse na conservação do meio ambiente em termos mercadológicos e principalmente pelas pressões da opinião pública mundial.

Médicos Veterinários com formação nas áreas de Clínica Médica, Reprodução, Nutrição e Manejo de Animais Selvagens serão requisitados por este mercado, em função de sua qualificação especial, e deste modo as atividades por eles exercidas não serão deixadas a cargo de leigos ou profissionais de outras áreas não habilitados técnica e legalmente ao exercício da Medicina Animal.

#### 4. INTERESSE AFETIVO

Atualmente, os animais de estimação fazem parte das famílias de maneira cada vez mais igualitária, e a sociedade mostra que esse relacionamento com os “pets” será cada vez mais intenso.

Além dos cães e gatos, muitos outros animais são criados no domicílio das pessoas como animais de estimação, e têm dessas pessoas todo o carinho e cuidado também destinados aos cães e gatos. Cabem aos Médicos Veterinários o inte-



Fabio transporta lobo-guará

resse, o empenho, a dedicação e a capacitação para oferecer a essas pessoas e seus animais de estimação o atendimento médico de alta qualidade que é naturalmente exigido para esses membros das famílias.

A atenção médica particular a animais selvagens de estimação, sejam nativos ou exóticos, é uma alternativa de trabalho para profissionais que têm um perfil “selvagem” e não se enquadram no trabalho em zoológicos, criadouros e reservas.

A afeição dedicada aos animais de estimação incomuns, selvagens ou “exóticos”, quando confrontada com a ocorrência de um problema médico ou de manejo, leva os membros da família a procurar pela ajuda dos profissionais que entendem como capazes de resolver esses problemas – os clínicos veterinários. Essa busca pela clínica veterinária gera a necessidade de que existam, no mercado de trabalho, profissionais preparados para atendimento médico a animais “exóticos”, e para convivência com seus

proprietários, em situações que por vezes não são “convencionais”.

Os pacientes “exóticos” usualmente atendidos na rotina de clínicas veterinárias são os répteis, as aves e os pequenos mamíferos. Dentre os répteis, os mais comumente apresentados são os cágados (“tartaruguinhas”), jabutis, lagartos (iguanas, teiús e camaleões) e serpentes. As aves são o grupo mais atendido na rotina das clínicas e hospitais veterinários, incluindo especialmente psitacíformes (calopsitas, periquitos, cacatuas, papagaios e araras) e passeríformes (canários, curió, sabiás, pássaros-pretos, trinca-ferros, zebrinhas e diamantes). Finalmente, os pequenos mamíferos de estimação comumente atendidos são os roedores (hamster, cobaio, chinchila, rato, camundongo e gerbilo), coelhos, furões ou “ferrets” e pequenos primatas (saguís e macacos-prego).

A capacidade profissional de prestar atendimento médico de alta qualidade a esses “novos” animais de estimação é um dos grandes desafios para os Médicos Veterinários, no alvorecer do Terceiro Milênio.



Animais sedados

JOSÉ RICARDO PACHALY  
Médico Veterinário – CRMV-PR 1432

Vice-Presidente do CRMV-PR  
Conselheiro da ANCLIVEPA=PR  
Mestre em Ciências Veterinárias  
Doutor em Ciências Biológicas  
Pós-Doutor em Ciências Veterinárias  
Professor do Programa de Pós Graduação em  
Ciência Animal da UNIPAR

Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Especialidades em  
Medicina Veterinária – ESPECIALVET (Maringá – PR)  
www.especialvet.com.br

## Conceitos e ações de políticas públicas realizadas em Curitiba

Em biologia (principalmente na ecologia) e também em demografia, o estudo da dinâmica das populações animais naturais é importante para compreender o que ocorre nos ecossistemas em equilíbrio, incluindo em ambientes urbanos, artificialmente criados pelo ser humano.

Entender a dinâmica de população de uma espécie possibilita atuar no seu manejo de modo mais efetivo e com métodos mais profiláticos, duradouros e que não incorram em crimes ambientais, como captura e extermínio de cães, pombos e outras espécies animais adaptadas aos centros urbanos. Na visão de análise da fauna urbana, estes fatores que propiciam e determinam o crescimento populacional podem ser didaticamente resumidos como “A regra dos cinco As”: Água, Alimento, Abrigo, Acasalamento e Acesso (Figura 1).

O estudo das variações na abundância das populações de seres vivos é denominado de dinâmica populacional e em linhas gerais é o resultado de nascimentos, mortes e deslocamento de indivíduos em um período de tempo. Suas variáveis são as taxas de natalidade (número de indivíduos que nascem), mortalidade (número de indivíduos que morrem), imigração (número de indivíduos que chegam) e emigração (número de indivíduos que saem) em um determinado intervalo de tempo. Deste modo, simplificada, natalidade e imigração contribuem para o aumento enquanto que mortalidade e emigração para a diminuição de uma população com o decorrer do tempo. A capacidade de crescimento é a medida de sucesso da população de uma espécie. Todas as populações crescem (ou declinam) teoricamente segundo o modelo exponencial ou de modelo logarítmico (modelo clássico de Malthus), a não ser que sejam afetadas por outras forças. Sabendo que as popu-

lações sofrem interferência de outras forças do meio ambiente em que vivem, o crescimento exponencial depende do que pode ser chamado de “modelo nulo” onde não há efeito externo de interferência nos nascimentos e mortes.

*“... natalidade e imigração contribuem para o aumento enquanto que mortalidade e emigração para a diminuição de uma população com o decorrer do tempo.”*

Esse modelo, muito divulgado pelas mídias sociais como pirâmide de nascimentos de uma cadela ao longo da



Figura 1: “Regra dos cinco As”. Ilustração de Fernando Gonsales do livro “Acidade e seus bichos” (Biondo AWe Molento CM, 2010).

vida, não é verdadeiro porque ignora os efeitos externos de controle populacional como doenças, privação, predação e caça, entre outros (Figura 2). Como dificilmente uma população tem sua dinâmica sem interferência do ambiente ou influência de fatores externos, foi proposto o modelo logístico, para poder explicar e melhor expressar as interferências. Nele o problema aparente na previsão de dinâmica populacional se deve a explicar e prever como este fator muda com o tempo, fator que pode ser influenciado por fatores bióticos (populações de outras espécies incluindo a espécie em questão), propriedades genéticas e uma série de fatores abióticos (ambientais). Um segundo parâmetro do modelo logístico representa a capacidade suporte do sistema (ambiente) a ser estudado. A capacidade suporte do ambiente é o número máximo de indivíduos de uma espécie que o habitat tem capacidade de suportar, ou seja o nível populacional no qual as taxas de nasci-



mentos e mortes se equivalem precisamente, resultando numa população estável com o tempo. Este modelo explica claramente porque nunca a captura e extermínio da chamada “carrocinha” resolveu no controle populacional; a retirada de animais do sistema não reduziu a capacidade suporte do ambiente em prover água, alimento e abrigo, com rápida reposição das populações por imigração e reprodução. Dentro deste contexto de manejo populacional, as ações de manejo populacional podem ser direcionadas ao aumento da emigração (realocação de animais), diminuição da imigração (regulação ou proibição de comércio, barreiras físicas), diminuição da natalidade ou aumento da mortalidade (Tabela I).

Como todas causas de aumento de mortalidade para controle e manejo populacional são atualmente consideradas como maus tratos aos animais, incluindo predação, caça, exposição a doenças, atropelamentos e outros acidentes, privação de alimento e água, captura e extermínio, as ações de políticas públicas devem focar na redução de natalidade e aumento da longevidade de animais sem capacidade reprodutiva (esterilizados). Vale lembrar ainda que o uso de anticoncepcionais hormonais, por ocasionar diversos efeitos colaterais deletérios para a cadela, tem sido pouco ou não recomendados nos programas de manejo populacional. Estas ações de manejo populacional



Figura 3: Quatro pilares do manejo populacional segundo as ações de controle de natalidade e aumento de longevidade dos animais.

podem ser agrupadas em quatro grandes pilares, chamados de “quatro pilares do manejo populacional”:

1. Educação em guarda responsável,
2. Esterilização ou anticoncepção,
3. Combate ao Abandono (e comércio ilegal) e
4. Adoção de animais esterilizados (Figura 03). Nesta abordagem, se uma sociedade possui políticas eficientes no primeiro pilar (educação e guarda

responsável) com leis de guarda responsável, identificação, saúde e bem estar dos animais, automaticamente os demais pilares somem, pois o próprio cidadão tendo consciência da guarda responsável e anticoncepção, não haverá abandono e conseqüente necessidade de adoções. Se o primeiro pilar não é 100% eficiente, os demais pilares seguem-se sucessivamente auxiliando nas deficiências dos anteriores e reduzindo o impacto dos posteriores, ou seja as esterilizações (castrações) auxiliam na guarda responsável e reduzem o abandono, e o combate ao abandono e comércio ilegal reduzem o número de castrações, e ainda dos resgates e adoções de cães e gatos. Curitiba, atualmente a oitava maior cidade do Brasil com cerca de 1.800.000 habitantes, aplicou ao longo de décadas o aumento de mortalidade por captura e extermínio de cães (carrocinha) como forma sistemática e indiscriminada de controle, sem impacto populacional evidente ou redução na capacidade suporte do ambiente. Deste modo, com o alto potencial re-

Causas da **DIMINUIÇÃO DE POPULAÇÃO ANIMAL DOMÉSTICA** por diminuição da natalidade ou aumento da mortalidade

Diminuição da natalidade	Aumento da mortalidade
Guarda Responsável	Predação / Caça
Anticoncepção / Esterilização	Doenças / Atropelamentos e acidentes
Combate ao abandono e comércio ilegal	Privação / Mudanças Climáticas
Adoção de animais esterilizados	Captura e extermínio

Tabela I

produtivo e a mobilidade dos animais, a taxa de eliminação era rapidamente superada pela taxa de reposição. Na prática, a captura e extermínio se mantiveram relativamente constantes nos últimos 5 anos do serviço (2000-2005), com uma média de 18.000 cães sendo sacrificados anualmente, mostrando claramente a ineficiência do método no controle populacional.

Atualmente, a aplicação da política pública municipal de Curitiba para a defesa e proteção dos animais se concentra na Rede de Proteção Animal do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e está pautado em ações dentro dos quatro pilares do seguinte modo:

#### EDUCAÇÃO:

A Educação Ambiental para a guarda responsável deve ser a base de qualquer política pública de proteção animal. O guardião deve conhecer, aceitar e assumir as suas responsabilidades quanto às necessidades físicas, ambientais, psicológicas e comportamentais do seu animal. O Programa “Veterinário Mirim” é um concurso lúdico de frases e desenhos realizado anualmente com os 20.000 alunos do 3º ano do ensino fundamental das 184 escolas da rede municipal de ensino de Curitiba, envolve a capacitação de professores e tem como objetivo despertar o senso crítico quanto às questões voltadas à prevenção de zoonoses, orientação sobre guarda responsável e promoção do bem estar animal, transformando os alunos em multiplicadores do conhecimento adquirido.

#### CASTRACÃO:

O atual modelo de contratação adotado pelo município compreende o credenciamento de clínicas veterinárias para a realização de 6.000 cirurgias de castrações no prazo de 12 meses, com renovação anual e investimento de cerca de R\$ 1.200.000,00, recurso este proveniente do Fundo Municipal do Meio Ambiente. A Campanha Municipal Gratuita de Castração de Cães beneficia as famílias carentes e atende a demanda da sociedade organizada.



Figura 2: Ilustração divulgada em redes sociais do número exponencial de filhotes produzido por uma cadeia ao longo de sua vida reprodutiva. O modelo não é verdadeiro porque ignora os efeitos externos de controle populacional como doenças, privação, predação e caça, entre outros.

Previamente às cirurgias, todos os cães passam por avaliação clínica, vacinação e microchipagem.

#### COMBATE AO ABANDONO:

A promoção da fiscalização no combate aos maus tratos (incluindo-se o abandono) e comércio ilegal ocorreu com a criação de um arcabouço legal e específico, com adoção de medidas eficientes e eficazes baseadas no cumprimento da legislação vigente, atualmente com 20-25 denúncias diárias feitas pelo serviço 156 da prefeitura de Curitiba. A Lei Municipal nº 13.908/2011 estabeleceu sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais, e de forma complementar, a Lei Municipal nº 13.914/2011 disciplinou o comércio de animais de estimação no município e deu outras providências relacionadas.

#### ADOÇÃO:

O Programa “Amigo Bicho” é um evento institucional oferecido pela prefeitura com edições mensais regulares, sempre realizado no mais movimentado parque da cidade (Parque Barigui), cujo objetivo principal é incentivar a adoção e sensibilizar a população para o problema do abandono de cães e gatos. Esses eventos envolvem o aluguel e instalação de grandes tendas, com a participação de ONGs e protetoras independentes por cadastro e cercadinhos para aproximadamente 100 animais. Além da adoção,

os animais são microchipados gratuitamente no local pela Rede de Proteção Animal, que realiza ainda cessão e autorização de uso de áreas públicas de praças e parques de Curitiba para eventos paralelos de adoção, organizados por entidades de proteção animal independentes.

Em resumo, as ações de política pública no manejo populacional de animais de companhia, em particular nos grandes centros urbanos, deve ser baseado nas características locais e específicas da dinâmica populacional e capacidade suporte do ambiente, e ter como base as ações de guarda responsável, esterilização, combate ao abandono e incentivo às adoções, integradas e inseridas na gestão municipal como parte da política pública de proteção animal.

#### O Prof. Dr. Alexander Welker Biondo

é médico veterinário, professor efetivo do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná desde 1996 e professor visitante da Universidade de Illinois e Universidade de Purdue desde 2003, foi recentemente convidado para atuar também como diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, que abrange quatro divisões: Rede de Proteção Animal, Zoológico Municipal, Museu de História Natural e Acantonamento de Curitiba. O Dr. Biondo tem representado o CRMV-PR em diversas oportunidades incluindo palestras e conferências em prefeituras, universidades e congressos nacionais e internacionais.

#### A Dra. Vivien Midori Morikawa

é médica veterinária concursada da Prefeitura de Curitiba desde 2004 e atualmente trabalha como gerente técnica da Rede de Proteção Animal do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba. A Dra. Vivien é mestre e doutoranda pelo programa de Ciências Veterinárias da Universidade Federal do Paraná, e tem por tese a sanidade de animais do Zoológico Municipal de Curitiba.

## Gestão 2014-2016 busca crescimento e a superação de desafios

Aconteceu no dia 16 de dezembro de 2013 a cerimônia de posse da nova Diretoria do SINDIVET-PR, Gestão 2014-2016. O evento foi realizado em Curitiba, e reuniu profissionais, entidades de classe, fornecedores, amigos e parceiros da instituição.

O presidente reeleito do SINDIVET-PR, Cezar Amin Pasqualin, fez um balanço da gestão que se encerrou em 2013, destacando o crescimento da entidade, que hoje conta com 1.510 sócios, configurando-se como a maior do Brasil.

Segundo Pasqualin, sua gestão pretende atingir nos próximos 03 anos à marca de 2.300 sócios filiados ao SINDIVET-PR, abrindo ainda mais a entidade para a filiação de acadêmicos, visando à formação de novas lideranças.

A diretoria pretende modernizar o sindicato, fazendo uma reforma estatutária, ampliando o número de convênios, capacitando ainda melhor os profissionais, entre outras metas. A modernização passará também por uma nova sede administrativa, mais adequada e espaçosa para melhor atender aos associados, afirma o diretor financeiro da entidade Lourival Uhlig.

Eliel de Freitas, presidente do CRMV-PR, ressaltou que nem o Estado de São Paulo, que conta com 32 mil médicos veterinários, tem um sindicato com a força e com a atuação do SINDIVET-PR. Pasqualin completou, que frente esta realidade nossas responsabilidades se somam, ampliando as frentes de trabalho.

Pasqualin falou ainda sobre os desafios da nova gestão, tendo em vista que há no Paraná 24 cursos de medicina veterinária, formando aproximadamente 900 profissionais por ano. "A questão é: como vamos administrar isso? O SINDIVET-PR tem como meta estreitar o diálogo com as universidades, discutir currículos e caminhando juntos para a qualificação profissional", afirmou. Vamos buscar a abertura de mais vagas



aos nossos profissionais, mas a formação profissional tem que ser condizente com as necessidades e demanda de mercado.

Por isso que temos que ocupar novos espaços dentro do mercado de trabalho e para isto temos de ter preparo profissional compatível com as requisições, afirma a Diretora do SINDIVET-PR Elza Maria Galvão Cifonni.

O vice-presidente da entidade Demétrio Reva, abordou ainda a questão do emprego, em especial no setor público que tem promessas de governos visando à abertura de concurso público, principalmente na Secretaria Estadual de Saúde, na ADAPAR e no Instituto EMATER-PR.

Buscaremos também junto as Prefeituras Municipais a abertura de novas vagas para Médicos Veterinários e a prática de salários compatíveis com a formação profissional.

Por fim, Cezar Amin Pasqualin falou sobre alguns desafios, como o programa de desenvolvimento de lideranças, aproximação das forças políticas, busca pela dignidade profissional, promoção profissional, noção dos direitos e deveres descritos na CLT, comunicação efetiva com acadêmicos e profissionais, participação mais ativa dos nossos pro-

fissionais na política tanto no âmbito estadual como federal, entre outros. A Diretoria do SINDIVET-PR para a Gestão 2014-2016 está assim constituída:

**Presidente:**

Cezar Amin Pasqualin

**Vice-Presidente:**

Demétrio Reva

**Secretária Geral:**

Elza Maria Galvão C. Arns

**1º Secretário:**

Ricardo Alexandre F. Simon

**Tesoureiro Geral:**

Lourival Uhlig

**1º Tesoureiro:**

Masaru Sugai

**Conselho Fiscal – Titular:**

Renato Luiz Lobo Miró

**Conselho Fiscal – Titular:**

Roque Olmir Grando

**Conselho Fiscal – Titular:**

Francisco Perez Junior

**Conselho Fiscal – Suplente:**

Vitória Maria M. Holzmann

**Conselho Fiscal – Suplente:**

Roberta Mara Züge

**Conselho Fiscal – Suplente:**

Marúcia de Andrade Cruz

Participe da vida do SINDIVET-PR, filie-se, traga novas idéias.

## Prevenção de risco trabalhista em clínicas veterinárias

O risco de um empreendimento é medido pelo seu ponto de maior vulnerabilidade. Pouco adianta o médico veterinário dominar a técnica operatória com maestria se os documentos clínicos e administrativos não têm relevância legal. Neste cenário, o lucro pode ser comprometido por perdas que poderiam ser minimizadas ou evitadas. O risco decorre da inadequação ou deficiência dos documentos clínicos que compõem o prontuário do paciente, pelo descumprimento de normas ético-legais ou pela indenização por danos causados a terceiros durante as atividades desenvolvidas pelo profissional. Este risco abrange as demandas trabalhistas, cíveis, criminais, tributárias, práticas clínicas inadequadas ou infrações éticas.

A gestão de risco nas relações de trabalho parte do princípio que o empregado é a parte vulnerável no acordo contratual, pois é o empregador, ao dirigir a prestação de serviços, que exige os horários, define atividades e restringe a liberdade humana. Por este motivo, na ocorrência de um processo trabalhista, a lei apresenta características de parcialidade a favor do empregado. O direito do trabalho compõe o escopo dos direitos sociais, qual se presta a equilibrar as desigualdades presentes na sociedade. Uma relação de trabalho é definida por meio da identificação de certos requisitos:

**Pessoalidade:** o trabalho é realizado por uma pessoa física;

**Remuneração:** é o salário pago pelo empregador como contraprestação dos serviços prestados;

**Subordinação:** estado de sujeição do empregado em relação aos critérios diretos do empregador;

**Habitualidade:** diz respeito à repetição, constância ou continuidade do trabalho em local determinado ou não;



**Dependência econômica:** ocorre quando o empregado desempenha o serviço com exclusividade e continuidade para determinado empregador, tendo como principal meio de subsistência o salário.

O Brasil é um dos países com maior frequência de processos trabalhistas e estes podem representar um ônus para o empregador. Assim, algumas medidas para gestão deste risco devem ser observadas:

- registrar todos os funcionários;
- na admissão do empregado solicitar um exame médico admissional, pois este documento resguardará o empregador de futuras alegações de doença ocupacional;
- firmar o contrato de trabalho por escrito;
- controlar o cumprimento dos horários de trabalho, inclusive no que diz respeito aos intervalos;
- pagar horas extras ou compensá-las num banco de horas;
- manter comprovantes de pagamento de salários, horas extras, férias, INSS E FGTS;

• vários problemas podem ser resolvidos com bom senso, flexibilidade e comunicação evitando uma redamação trabalhista;

• agir com profissionalismo e evitar intimidades ou insinuações para não caracterizar assédio moral ou sexual;

• no caso de estagiários, fazer um contrato com a instituição de ensino, conforme Lei 11.788/2008.

Para legalizar o registro dos empregados é necessária a inscrição em três instituições: Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (recolhimento do FGTS) e sindicato da categoria (se houver, de acordo com a atividade). No Brasil, os funcionários contratados determinarão um custo maior que aquele gerado pelos seus próprios salários registrados nas carteiras de trabalho.

Entre os encargos que incidem sobre a folha de pagamento estão:

**Décimo terceiro salário** – gratificação anual correspondente ao valor de uma remuneração do mês de dezembro. Importante estimar que sobre

as férias e o décimo terceiro incide o FGTS e o INSS;

**Abono de férias** – após trabalhar doze (12) meses, o empregado tem direito a trinta (30) dias de férias, com adicional de 1/3 sobre o salário do mês, desde que tenha sido assíduo. Cabe ao empregador definir o período de férias, qual deve ser comunicado com 30 dias de antecedência (aviso de férias).

O empregado pode vender parte das férias ao empregador, limitada a 1/3 do que tem direito.

**FGTS** – a promulgação da Constituição Federal de 1988 tornou irrestrito o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Trata-se de uma reserva constituída por meio do depósito mensal por parte do empregador numa conta vinculada do funcionário. O FGTS pode ser utilizado pelo empregado nos períodos de desemprego, para a compra da casa própria, tratamento de doenças graves ou sacado com a aposentadoria.



**INSS** - o sistema previdenciário é um seguro mantido por meio da contribuição obrigatória de empregados (retenção em folha de pagamento) e empregadores (percentual calculado sobre o valor do salário entre 8% e 11%);

**Vale-transporte** – o empregador é obrigado a fornecer o valor do vale-

transporte e pode descontar do salário do funcionário até 6% (prevalecendo o que for menor).

Não é recomendável a adoção de práticas como admitir empregado sem registro em carteira de trabalho, pagar salários “por fora” ou outras manobras que visem sonegar tributos ou direitos trabalhistas, pois podem advir consequências desfavoráveis como multas, além de processos criminais em determinadas hipóteses. A adoção de medidas preventivas, bem como o custo com orientação jurídica e contábil é sempre mais favorável que uma condenação judicial num processo trabalhista.



GIORGIA BACH MALACARNE  
Advogada  
advocacia@praticajuridica.com.br

## Novo Manual de RT será divulgado até março

O novo Manual de Responsabilidade Técnica do CRMV-PR será submetido à aprovação de diretores e conselheiros na plenária de fevereiro, em Guarapuava. A impressão e distribuição deverão ocorrer até o final do mês de março. A Comissão de Responsabilidade Técnica, presidida pelo conselheiro Luiz Carlos Rodrigues, encerrou no mês de janeiro o período de coleta de subsídios e acolheu, por unanimidade, proposta do médico veterinário Rogério Lange, presidente da Comissão de Animais Selvagens do Conselho Federal de Medicina Veterinária, referente a RTs de zoológicos, criadouros de animais selvagens, mantenedores e assemelhados. Rogério Lange recomenda que sejam considerados dois grupos de instituições, adotando-se normas distintas para eles. No primeiro, os que alojam animais denominados feras, que implicam em risco público, como os grandes felídeos (tigres, leões, onças e leopardos, entre outros), grandes



primatas (chimpanzés, orangotangos e gorilas), megamamíferos (girafas, rinocerontes, hipopótamos, elefantes), grandes carnívoros (ursos) e animais peçonhentos.” Este grupo deve necessariamente possuir RTs qualificadas e obrigatoriamente equipamentos de captura, como zarabatanas e armas de arremesso de dardos (pistola ou rifle) e seus respectivos acessórios, inclusi-

ve drogas anestésicas, arma registrada de aniquilação de animal em fuga e que o RT esteja capacitado para uso. Além disso, plano de contingência e aprovado pelo CRMV-PR, além de dispositivos físicos como isolamento perimetral, portas corta-fugas e equipamentos de captura e contenção como redes, puçás e caixas de transporte”, defende o professor Rogério Lange.

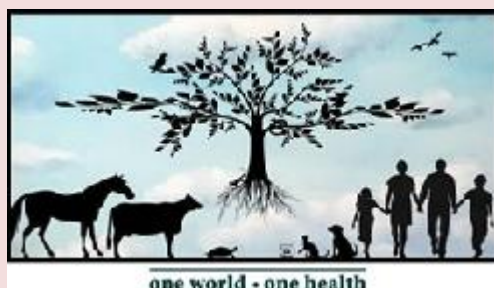
Em 2008, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) lançaram a iniciativa intitulada “Um Mundo, Uma Saúde”. O escopo da iniciativa é abordar o tema “saúde” por meio de uma visão holística para demonstrar a inter-relação das várias vertentes do termo saúde, destacando-se a saúde humana, animal, vegetal e do meio-ambiente. Especificamente em saúde animal, podemos inferir que a iniciativa tem como tema “Alimento saudável de animal saudável” e como lema “Prevenir é melhor do que curar”. Sem dúvida, esta estratégia de abordagem, ainda recente em nosso meio, irá gradativamente se consolidar e nós médicos veterinários, que por meio de legislação somos os profissionais detentores exclusivos dessa temática, deveremos estar preparados para as suas consequências no âmbito da saúde animal. Com isso, veremos reflexos em nosso modo de atuação, tanto em temas de caráter específico quanto genérico com inferência em epidemiologia (clássica e molecular), formas de apre-



**LA SALUTE DELL'UOMO  
DIPENDE DA SISTEMI  
ALIMENTARI SANI**

Sistemi alimentari sostenibili per la sicurezza alimentare e la nutrizione

**Giornata mondiale dell'alimentazione  
16 ottobre 2013**



**one world • one health**

sentação (assintomática / sintomática), formas clínicas (subclínica / clínica), diagnóstico, tratamento, controle / erradicação e profilaxia de agentes patogênicos e também não patogênicos para animais. Outras temáticas relativas a resíduos de antibióticos, quimioterápicos, antiparasitários, toxinas e outras substâncias químicas, naturais ou sintéticas, em animais e em produtos de origem animal também devem ser consideradas.

Na próxima década viveremos uma revolução de conceito, modo e estratégia de ação em saúde animal e os médicos veterinários precisam se antecipar para não perder espaço para outras profissões.

O presente texto tem apenas o propósito informativo e não formativo. Plagiando um ditado que seria mais adequado em textos informativos para engenheiros agrônomos, o artigo está apenas e tão somente preparando o solo para plantio da semente que deve germinar, crescer e frutificar entre nós médicos veterinários, que devemos estar ligados na medicina veterinária contemporânea.

**“ONE WORLD, ONE HEALTH”**

## A inserção de um conceito na medicina contemporânea mundial

Atualmente existe grande preocupação com relação aos riscos sanitários aos quais as populações mundiais estão sujeitas. Em diferentes regiões do mundo é possível identificar pontos críticos associados à qualidade de vida, independentemente da condição socioeconômica. A maioria destes pontos tem relação direta com saúde e meio-ambiente. Diversos fatores contribuíram, e ainda contribuem, para a atenção diferenciada em questões sanitárias, socioeconômicas, ambientais e ecológicas. O

crescimento populacional acelerado, a rápida urbanização e a aproximação e integração entre animais de produção, domésticos e silvestres são alguns exemplos. O aumento da demanda por alimentos, em função do crescimento demográfico, exigiu a expansão da agricultura e pecuária, o que aconteceu graças à exploração de novas terras e intensificação e modernização dos sistemas produtivos. A intervenção nos diferentes ecossistemas, a introdução de micro-organismos associados a animais silvestres

em sistemas agrícolas baseados em pecuária, a transmissão de patógenos interespecies em decorrência do aumento de contato com animais (de produção, companhia e silvestres), a intensificação da agricultura, a mobilidade das populações humanas e os fortes laços econômicos criados pelo comércio internacional de animais e produtos de origem animal são outros dos fatores que influenciam fortemente as condições ideais de bem-estar na relação animal – homem – ecossistema.



## Cinco principais elementos estratégicos da iniciativa “One World, One Health”



- **A construção de sistemas de saúde pública e animal robustos e bem governados** complacentes com o Regulamento Sanitário Internacional (IHR 2005) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e com os padrões internacionais da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), por meio da busca de intervenções a longo prazo;
- **Prevenir crises regionais e internacionais** através do controle de surtos de doenças por meio da capacitação a respostas emergenciais;

- **Abordar melhor as preocupações dos pobres**, deslocando o foco das economias desenvolvidas para aquelas em desenvolvimento, a partir de potenciais problemas de doenças atuais, e pelo foco nos promotores locais de doenças importantes;
- **Promover a colaboração ampla** entre todos os setores e disciplinas;
- **Desenvolvimento racional e direcionado** de programas de controle de doenças através da realização de pesquisas estratégicas.



## Seis objetivos prioritários da iniciativa “One World, One Health”

- **Desenvolver a capacidade local, nacional e internacional** em vigilância, fazendo uso de processos de monitoramento, ferramentas e normas internacionais;
- **Garantir a adequada capacidade local, nacional e internacional** em saúde pública e animal – incluindo estratégias de comunicação – para prevenir, detectar e responder a surtos de doenças;

- **Garantir o funcionamento da capacidade nacional** de resposta emergencial, assim como o suporte global de rápida resposta;
- **Promover a colaboração e parceria** intersetorial e entre agências;
- **Controlar a Influenza Aviária** altamente patogênica e outras doenças infecciosas existentes e potencialmente reemergentes;
- **Conduzir pesquisas estratégicas.**



## Principais fatores socioeconômicos, ambientais e ecológicos promotores de doenças infecciosas emergentes:

- **Crescimento exponencial das populações humana e animais;**
- **Desmatamento;**
- **Aproximação entre humanos e animais nos ambientes caseiro, doméstico e natural;**
- **Exposição a novos patógenos por meio do desequilíbrio do ecossistema** – pressão populacional; exposição a animais silvestres e sinantrópicos;
- **Intensificação dos padrões globais de turismo do final do século XX** – participação na disseminação de agentes patogênicos e oportunistas;
- **Melhora do transporte coletivo** – o tempo de viagem é menor que o período de incubação da infecção, o que per-

- mite que pessoas e/ou animais infectados sem manifestação de sinais clínicos viagem sem que sejam detectados;
- **Comércio internacional de animais e produtos de origem animal;**
- **Mono cultura e intensificação agrícola;**
- **Sofisticação técnica no processamento de alimentos** mascarando as origens reais – os indivíduos não podem desenvolver resposta protetora inata;
- **Pressões evolutivas através de superpopulação e da mudança de tropismo** – agricultura intensiva;
- **Outros**

Fonte: Gibbs & Anderson, 2008; <http://ftp.fao.org/docrep/fao/011/aj137e/aj137e00.pdf>

Nos últimos 25 a 30 anos, as características das doenças infecciosas sofreram mudanças que alertaram pesquisadores da área da saúde. Em 1990, o termo “doenças emergentes” foi adotado e atenção diferenciada foi despendida nesta área. Um estudo observacional relatou que a ocorrência de doenças emergentes cresceu significativamente entre o período de 1944 e 2004 e concluiu que as zoonoses foram dominantes (Jones et al. 2008). Das 32 principais emergências com preocupações à saúde pública (incluindo furacões, terremotos e ataques terroristas) que ocorreram entre 2001 e 2013, mais de 25% foram surtos de doenças zoonóticas.

Atualmente, cerca de 60% de todos os patógenos infecciosos de humanos são zoonoses e 70% deste percentual referem-se às doenças infecciosas emergentes (Monath, 2013) (Figura 1).

Na última década, a ocorrência de algumas doenças infecciosas emergentes e reemergentes, como, por exemplo, influenza aviária (H5N1 e H7N9), influenza suína (H1N1), vírus Schmallenberg, tuberculose bovina, raiva, vírus da Febre do Nilo Ocidental, Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS) e a

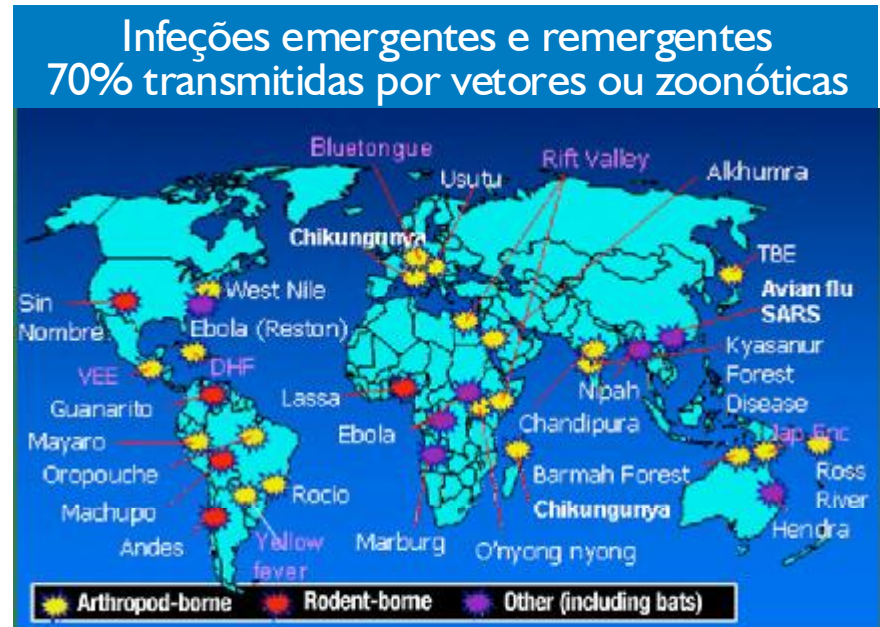


Figura 1. Mapa com a localização e indicação das principais infecções emergentes e reemergentes. Na legenda, os pontos em amarelo indicam a transmissão por artrópodes, em vermelho a transmissão por roedores e os pontos em roxo indicam outros meios de transmissão de infecções, incluindo morcegos. Fonte: <http://www.onehealthinitiative.com/map.php>

Doença Respiratória do Oriente Médio (MersCoV), assim como a globalização de micro-organismos patogênicos, fez crescer as preocupações entre as principais entidades e organizações mundiais de saúde animal e humana.

As fortes evidências de que a saúde humana está conectada à saúde animal e às boas condições ambientais e ecológicas levaram a Organização Mundial da Saúde

(OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) à elaboração de estratégias que visam diminuir os riscos e minimizar os impactos globais de epidemias e pandemias causadas por doenças infecciosas emergentes em nível local, nacional e internacional.

## Um Mundo, Uma Saúde

A iniciativa expande as inter-relações e comunicações interdisciplinares internacionais em todos os aspectos de cuidados sanitários para humanos, animais e meio-ambiente através da integração e colaboração entre veterinários, médicos, enfermeiros, dentistas, biólogos e outros profissionais e pesquisadores de saúde e ciência ambiental.

Os principais objetivos são melhorar a saúde pública e a segurança alimentar, garantir a subsistência das comu-

nidades agrícolas pobres e proteger a saúde dos ecossistemas. Com foco nos principais fatores responsáveis pela entrada, disseminação e estabelecimento de agentes infecciosos emergentes, uma das estratégias é promover pontos fortes de liderança e de gestão para alcançar estes objetivos.

A vigilância de doenças infecciosas emergentes e reemergentes, a criação de sistemas fortes e estáveis de resposta emergencial através de ser-

viços de saúde pública e animal e estratégias efetivas de comunicação são exemplos de ações implementadas pela iniciativa e que exercem impacto positivo para a saúde global.

A iniciativa de ações multidisciplinares práticas em direção ao bem-estar comum é recente. Entretanto, várias publicações em diferentes décadas realizadas por diversos pesquisadores da área da saúde abordaram a importância da cooperação interdisciplinar de estudos em ciência médica.

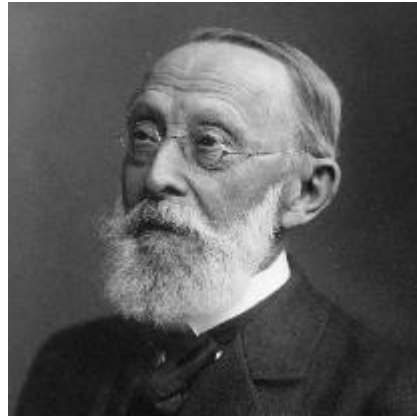


## “ONE WORLD, ONE HEALTH”

Rudolf Virchow, um dos mais famosos cientistas do século XIX e considerado o pai da patologia moderna, já naquela época, divulgava a ideia de que estudos baseados em diferentes organismos e/ou espécies animais constituem a base de toda a medicina. Foi ele quem cunhou o termo “zoonose” e disse que não deve haver divisão entre a medicina humana e animal.

A expressão “One Medicine” (“Uma Medicina”) foi creditada ao médico veterinário epidemiologista e parasitologista Dr. Calvin W. Schwabe (1927-2006). Ele defendia o conceito de medicina única, pois acreditava que a história e os progressos da civilização humana estiveram invariavelmente ligados à evolução do reino animal. “One World” (“Um Mundo”) é o reconhecimento da necessidade global de ações voltadas para a sanidade dos organismos vivos, com foco no bem-estar geral.

O termo “One World, One Health, One Medicine” reúne estes três conceitos que regem as estratégias e iniciativas das entidades internacionais. Organizações internacionais como OMS / OIE / FAO / UNICEF elaboraram



*“Entre a medicina humana e animal não há uma linha divisória - é nem deve haver. O objeto de estudo é diferente, mas a experiência obtida constitui a base de toda a medicina”.*

**Rudolf Virchow**  
(1821-1902)

aram um documento para coordenar políticas sanitárias mais eficazes para humanos e animais, com base em medidas consideradas mundialmente necessárias e nas novas exigências para o controle e prevenção de zoonoses. Este documento foi oficial-



*“A saúde humana ou de animais ou da vida selvagem não pode mais ser discutida isoladamente. Há apenas uma saúde. E as soluções exigem que todos trabalhem em conjunto em todos os diferentes níveis”.*

**William Karesh**  
(2003)

mente apresentado em uma conferência realizada no Egito em Outubro de 2008 e adotado por ministros de mais de 100 países. O fortalecimento e a disseminação das ideias e estratégias propostas pelo movimento são, atualmente, uma tendência mundial.

## Os animais com sentinelas para doenças infecciosas

A palavra sentinela refere-se ao ato de guardar, vigiar. As espécies sentinelas são aquelas que podem refletir as alterações no meio-ambiente e servir como indicadores da conservação do ecossistema. O rastreamento de eventos sentinelas em saúde visa detectar e gerenciar os riscos de doenças nas populações animais e humanas.

Um exemplo clássico data do início do século XX, quando mineradores de carvão britânicos e americanos levavam para dentro das minas gaiolas com canários para obter aviso antecipado da presença de gases tóxicos,



incluindo monóxido de carbono e metano.

A vigilância dos eventos em saúde, de maneira isolada (individual) ou coletiva, pode fornecer sinais de alerta importantes para a prevenção de eventos de grandes proporções e também para indicar possíveis falhas nos sistemas de saúde pública e animal (Figura 3).

**Figura 3.** O “Programa de Monitoramento de Doenças Emergentes”, também conhecido como ProMed mail, é disponibilizado pela Sociedade Internacional de Doenças Infecciosas e está entre os mais importantes sistemas mundiais de comunicação. O ProMed mail dedica-se à rápida disseminação global de informações de surtos de doenças infecciosas e exposições agudas a toxinas que afetam a saúde humana e de animais e plantas cultivadas para a alimentação humana ou animal. Fonte: <http://www.isid.org/promedmail/promedmail.shtml>

O conceito de eventos sentinelas em saúde é amplamente utilizado em todo o mundo.

Uma vez que agentes zoonóticos causam doença clínica em uma variedade de espécies hospedeiras, a ideia de espécies sentinelas não deve ficar restrita à vigilância apenas de animais, mas também de humanos.

Muitos riscos são compartilhados entre o homem e o animal e, apesar dos animais encontrarem-se mais sujeitos ao desenvolvimento de doenças a partir de um risco sanitário ambiental específico, é possível que o homem seja o primeiro a ter cuidados médicos e levante as suspeitas da origem ambiental e/ou animal da doença. Alguns exemplos de riscos sanitários compartilhados

### Razões pelas quais animais podem ser sentinelas efetivos, de acordo com uma revisão sobre animais como sentinelas de agentes de bioterrorismo (dos quais a maioria tem origem zoonótica)

- Os animais podem ser mais sensíveis que os humanos a infecções por um determinado agente de doença zoonótica;
- Uma vez infectados, os animais podem apresentar período de incubação mais curto que o de humanos;
- Animais podem estar sob maior risco de exposição que humanos, em virtude de seus hábitos alimentares e intensa exposição ambiental.

Fonte: Rabinowitz et al. (2009)

por animais e humanos podem ser citados, entre agentes tóxicos e infecciosos. Entre estes, encontram-se as intoxicações por chumbo, mercúrio e dioxina, e as infecções por anthrax, influenza aviária altamente patogênica e vírus da Febre do Nilo Ocidental, encefalopatia

espongiforme bovina (BSE), entre outros. Estes eventos destacam a importância de espécies animais como sentinelas para a saúde humana e a necessidade da comparação sistemática de dados dos sistemas de vigilância em saúde pública e animal.

## O papel do médico veterinário neste contexto

A percepção da relação funcional entre os diferentes organismos e a importância dos mesmos como modelos para avanços nas ciências médica e da saúde foi discutida ao longo de décadas.

Apesar das inter-relações entre humanos e animais e da visão de que avanços na medicina humana e veterinária são dependentes da sobreposição de tecnologias e pesquisas nas duas áreas, a ideia de aproximação e cooperação não floresceu e as ciências médicas veterinária e humana desenvolveram-se como profissões distintas. A segregação profissional das comunidades sanitárias, a separação dos dados de vigilância e o vínculo falho de respostas aos riscos à saúde não permitiram relacionar informações para a prevenção de riscos compartilhados por animais, humanos e o meio-ambiente.

O médico veterinário exerce um papel fundamental e de destaque no contexto de vigilância epide-

miológica de doenças emergentes. O exercício da profissão exige o conhecimento diferenciado em medicina comparada, não apenas entre as diferentes espécies animais, mas também entre animais e humanos.

Adicionalmente, o médico veterinário atua em pesquisas de zoonoses; doenças infecciosas não emergentes, emergentes, reemergentes e negligenciadas; medicamentos; proteção de ecos-

istemas e segurança alimentar, entre outras áreas.

Uma das habilidades desenvolvidas pelo médico veterinário é reconhecer, identificar, dimensionar e intervir nos riscos à saúde pública.

O treinamento intensivo em medicina comparada e vigilância em saúde epidemiológica, sanitária e ambiental coloca o médico veterinário em uma posição privilegiada para o estabelecimento de sistemas preventivos e de controle de infecções. Adicionalmente, animais podem servir como sentinelas para a exposição a doenças tanto na natureza quanto no ambiente doméstico. Neste sentido, os serviços veterinários são essenciais para a prevenção, detecção precoce e controle de doenças animais, incluindo as zoonoses, e devem estar na linha de frente pela garantia da saúde animal, segurança alimentar e saúde pública (Figura 4).



Figura 4. O símbolo da iniciativa "One World, One Health" ilustra os quatro elementos alvo de suas ações – o homem, o animal, o vegetal e o meio-ambiente como um todo.  
Fonte: <http://www.oie.int/>

## A inserção do médico veterinário no NASF

No Brasil, o Ministério da Saúde criou, em 2008, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com o objetivo de promover a atenção básica à saúde através de ações que visam aumentar o alvo e a abrangência das ações, bem como melhorar a resolução dos problemas sanitários. As equipes do NASF são compostas por diferentes profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros, den-

tistas, farmacêuticos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e assistentes sociais.

O ambiente familiar representa o principal espaço onde o ser humano se relaciona intimamente e onde ocorre a interação com animais domésticos, silvestres e sinantrópicos. Recentemente, a importância da participação do médico veterinário frente às ações

voltadas à saúde pública foi reconhecida pelo Ministério da Saúde e o médico veterinário passou a compor as equipes multidisciplinares do NASF. A colaboração interdisciplinar em busca da promoção da saúde e da solução para os desafios sanitários são medidas que correspondem às coordenadas políticas e sanitárias propostas pelas entidades e organizações internacionais.

## Considerações finais

Sem dúvida que “One World, One Health” vem de encontro à valorização do profissional médico veterinário no contexto das saúdes humana, animal, vegetal e ambiental em todos os níveis (local, nacional e internacional).

Cabe a nós, médicos veterinários, por meio de ações concretas, conscientes e, principalmente, com ciência exercermos a nossa função com responsabilidade e com conhecimentos para que os objetivos dessa iniciativa se consolidem. Com isso, estaremos contribuindo consideravelmente para que no futuro o objetivo principal, que é a globalização ou universalização das saúdes (“Um Mundo, Uma Saúde”), deixe de ser uma

meta a ser alcançada, mas sim uma rotina estabelecida entre os profissionais envolvidos na saúde global do planeta.

Por fim, nós autores, ratificamos que o presente texto técnico teve como único objetivo apenas apresentar à classe médica veterinária paranaense uma proposta institucionalizada por organizações internacionais que, sem dúvida, veio para ficar. A partir de agora, tanto a academia quanto as organizações de classe devem mobilizar-se para avaliar como poderão se inserir e, principalmente, contribuir com a realidade já estabelecida de “Um Mundo, Uma Saúde, Uma Medicina”.

**Raquel de Arruda Leme, Médica Veterinária (CRMV-PR 5392),** doutoranda em Ciência Animal (Área de Concentração Sanidade Animal), Universidade Estadual de Londrina.

**Profa. Dra. Alice F. Alfieri I** (CRMV-PR 3047)

**Prof. Dr. Amauri A. Alfieri I** (CRMV-PR 1377)

I Laboratório de Virologia Animal, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Londrina.

## Referências

Gibbs, E. P. J.; Anderson, T. C. (2009). ‘One World - One Health’ and the global challenge of epidemic diseases of viral aetiology. . Veterinaria Italiana 45(1), 35-44.

Jones, K. E.; Patel, N. G.; Levy, M. A.; Storeygard, A.; Balk, D.; John L. Gittleman, J. L.; Daszak, P. (2008). Global trends in emerging infectious diseases. Nature 451, 990-993.

Monath, T. P. (2013) Vaccines against diseases transmitted from animals to humans: a one health paradigm. Vaccine 31, 5321-5338.

Rabinowitz, P.; Scotch, M.; Conti, L. (2009). Human and animal sentinels for shared health risks. Veterinaria Italiana 45(1), 23-34.

<http://www.who.int/en/>

<http://www.oie.int/>

<http://www.cdc.gov/>

<http://www.fao.org/home/en/>

## Entrevista com o Presidente

- Sr. Roberto, sabemos que o ano de 2013 foi um ano muito produtivo para a ANCLIVEPA-PR. Quais os eventos e feitos que merecem destaque neste ano?

O ano começou com o Simpósio de Dermatologia, seguido pelo Simpósio Internacional de Oftalmologia, terminando o primeiro semestre com o Simpósio de Gestão e Marketing. O segundo semestre iniciou com o Simpósio Internacional de Neurologia (sucesso total de público), seguido pelo Simpósio de Ortopedia, Neurologia e Reabilitação em Maringá, a seguir o Simpósio Internacional de Patologia Clínica, e fechando com chave de ouro com o I Fórum Hospitalar.

Além destes, cursos de aperfeiçoamento foram oferecidos pela Anclivepa-PR. Também apoiamos várias semanas acadêmicas das faculdades de Curitiba, curso de obesidade (PUC-PR) e cursos de capacitação em endoscopia (Foz de Iguaçu).

Temos por objetivo congrega profissionais e oferecer cursos de educação continuada, mas essa diretoria também está buscando lutar pelos clínicos veterinários. Devido a isso, participamos de plenária do CRMV-PR e nos reunimos com o Presidente do CFMV para discutir a Resolução CFMV nº 1.015/2012. Além disso estamos presentes nas reuniões do Conselho Municipal de Proteção Animal (COMUPA) e da Comissão de Saúde do CRMV-PR, sempre atentos a demandas que envolvam a clínica de animais de companhia.

-Sobre o simpósio em Maringá, podemos observar que a ANCLIVEPA-PR não volta suas ações apenas para a capital Curitiba, mas também, para veterinários do interior do Estado. Quais outros benefícios os veterinários do interior possuem ao associarem-se à ANCLIVEPA-PR?

Sabemos da dificuldade dos profissionais do interior em vir a capital para participar dos eventos, mas mesmo assim temos uma presença



grande de veterinários do interior participando dos nossos cursos de aperfeiçoamento. Por isso resolvemos levar um dos Simpósios do nosso calendário para o interior, e ficamos muito contentes com o empenho da regional de Maringá, bem como a UNICESUMAR que cedeu o espaço para realizarmos este Simpósio. Fomos surpreendidos com a participação dos profissionais e alunos. Não esperávamos um público tão grande e queremos repetir estes eventos. Outro passo grande que a ANCLIVEPA Brasil deu este ano, foi a criação da educação a distância, no qual os associados de qualquer lugar do Brasil podem ter acesso as mais variadas palestras dos maiores e melhores palestrantes do Brasil. Isso possibilitou que qualquer profissional possa se atualizar e se aperfeiçoar ao alcance de um clique.

- O Simpósio de Neurologia parece ter sido recordista de público. Quais foram os principais destaques deste simpósio?



Primeiro destaque foi o gabarito dos palestrantes que trouxemos este ano. Temos que agradecer ao Dr. Ronaldo Casemiro, que teve sua formação na UFPR, deu aulas na Federal de Palotina e, atualmente, ministra aulas nos EUA. Outro grande destaque são os nossos parceiros, que nos apoiam em todos os eventos, ajudando na divulgação destes e dando apoio financeiro.

Além disso, temos um trabalho nas faculdades de Curitiba (FEPAR, PUC, UFPR e UTP), que tem dois alunos por faculdade atuando como nossos Delegados, nos ajudando na divulgação de todos os eventos. Eles são o nosso elo com os centros acadêmicos e os alunos. A ideia é trabalhar os profissionais que sairão no futuro, para buscarmos uma atualização contínua e integração entre profissionais (para realmente trabalharmos juntos). Queremos ter estes delegados em cada faculdade de veterinária do Paraná para aproximar mais os alunos de cada canto do nosso estado.

- O Fórum Hospitalar Veterinário realizado pela ANCLIVEPA-PR e ROYAL CANIN foi um evento inovador e itinerante. De onde surgiu a ideia de realização do fórum? Quais os principais objetivos? Ocorrerão novos fóruns com este tema?

Tivemos um Simpósio de Gestão e Marketing em junho deste ano e o público foi o menor de todos os Simpósios. Perguntamos-nos, por que isso ocorreu? Será que nós como veterinários não precisamos trabalhar o marketing e a gestão da nossa clínica? Por que o desinteresse neste tema? Na nossa formação não temos a matéria de gestão e marketing, nem aprendemos a fazer a administração correta de nossa clínica. Isso faz com que o profissional tenha muitas dificuldades quando sai da faculdade.

Já tínhamos a ideia de realizar um Fórum Hospitalar este ano com uma Feira Hospitalar. A Royal Canin



estava organizando um evento no interior de São Paulo com algumas clínicas de referência nacional. Daí surgiu a ideia de unirmos nossas forças para organizar o Fórum Hospitalar, com um grupo seletivo de profissionais de clínicas e hospitais de todos os cantos do Brasil.

Esse primeiro fórum serviu de Know-how, e a repercussão entre os presentes foi nota 10. O próximo passo, em 2014, será fazer um evento maior, aberto a veterinários e gestores de clínicas e hospitais veterinários. Temos a convicção, que não basta mais ser um excelente veterinário clínico ou cirurgião, é necessário e fundamental administrar e instalar boas práticas de atendimento. Inclusive temos a certeza que a maioria dos processos éticos contra médicos veterinários de animais de companhia, são por erros administrativos e de boas práticas. O Fórum veio para isso, para melhorar o atendimento veterinário ao paciente, atender às expectativas dos clientes e aumentar a lucratividade do estabelecimento, que com isso poderá, em última análise se equipar melhor e capacitar os colaboradores. No final de tudo quem ganha são os nossos pacientes.

- Como será a ANCLIVEPA-PR no ano de 2014? Os simpósios e cursos continuarão ocorrendo? Já há um calendário previsto para que os veterinários possam se organizar e desfrutar dos benefícios cedidos para os associados da ANCLIVEPA?

Vamos inovar mais uma vez e faremos uma parceria com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para realizar Simpósios Sul-Brasileiros. Programamos no mínimos seis simpósios,

no qual os associados de qualquer um dos estados poderão participar. Iremos reeditar os cursos de aperfeiçoamento em Ortopedia (teórico-prático), Anestesia e Intensivo (teórico-prático) com início em março/2014.

Em função do objetivo de melhorar o desempenho das clínicas e dos profissionais, estamos também criando um curso de aperfeiçoamento em Gestão e Marketing, que iniciará no final de março.

Temos vários meios de comunicação com os associados. Por meio do nosso website ([www.anclivepapr.com.br](http://www.anclivepapr.com.br)) e do facebook (Anclivepa Parana - [www.facebook.com/groups/ANCLIVEPA/?fref=ts](https://www.facebook.com/groups/ANCLIVEPA/?fref=ts)) os alunos e profissionais podem se atualizar sobre os cursos e eventos que ofereceremos.

A principal vantagem de ser associado à ANCLIVEPA-PR, é saber que os interesses da clínica de animais de companhia estará sempre sendo defendida pela nossa diretoria, como por exemplo a Resolução nº 1015 do CFMV. Mas temos subliminarmente outras vantagens como convênio com escritório de advocacia com vantagens exclusivas, Educação Continuada à Distância, entre outras.

- Quais as principais reivindicações da ANCLIVEPA-PR com relação à Resolução CFMV nº 1.015/2012?

Em primeiro lugar é bom deixar bem claro que a ANCLIVEPA-PR, não é contra a regulamentação de nossos serviços, pois achamos que o que é combinado não sai caro e poderemos estabelecer padrões de atendimento e a boas práticas de

atendimento, sempre com a visão final do paciente.

Entendemos que a Resolução nº 1015/CFMV da maneira como foi publicada, deixará a grande maioria dos clínicos veterinários irregulares e sem a menor chance de se regularizarem.

Algumas exigências dessa Resolução não tem aplicabilidade prática e vão onerar os estabelecimentos veterinários sem nenhum benefício ao paciente, que é o que nos interessa. Além disso, a Resolução não contempla as diferenças regionais desse País de tamanho continental, principalmente às econômicas.

A diretoria e os conselheiros do CRMV-PR receberam prontamente as propostas da ANCLIVEPA-PR para apresentá-las ao CFMV.

- No mês de dezembro a ANCLIVEPA-PR ofereceu um jantar de confraternização de final de ano para seus associados. Pode-se perceber que um grande público participou e que a ANCLIVEPA-PR possui forte representação no Estado do Paraná. Como o Sr. explica essa união que a ANCLIVEPA-PR proporciona à classe médico-veterinária de pequenos animais?



Desde a gestão passada começamos a oferecer estes jantares de confraternização de final de ano. Achamos muito importante que o profissional se congregate e que comecemos a falar a mesma língua.

A ANCLIVEPA é de todos e lutamos para que a nossa classe se torne cada dia mais forte e, principalmente que fique mais unida. A sociedade e os nossos animais de companhia só tem a ganhar com isso.



## Médico veterinário se dedica a políticas públicas

O Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente de Cornélio Procópio recebeu no ano passado 2.200 estudantes das redes municipal, estadual e particular de ensino. Ali, o médico veterinário Rafael Haddad Manfio mantém animais apreendidos em diversas situações irregulares, entre eles três pítons, uma delas albina, cor amarela, vindas da Birmânia e da Indonésia e capturadas no comércio ilegal da região Norte do Paraná. Rafael Haddad é fiel depositário dos animais e cuida até que morram ou algum órgão de governo os requisite.

A cobra albina enfrentou problemas respiratórios durante o inverno, já que vem de regiões quentes e úmidas.

Um lagarto conhecido como dragão barbado da Austrália, uma tartaruga mordedora (pode decepar o dedo de uma pessoa com mordida utilizando seu bico córneo afiado), uma iguana apanhada numa caixa de sedex, onde estava envolvida numa meia para não fazer barulho durante o transporte, uma jibóia da Argentina (ameaçada de extinção) e Salamantas do cerrado reproduzindo-se em cativeiro, são algumas das atrações do instituto.

A primeira descrição científica no mundo de combate entre machos de Salamantas do cerrado foi feita por Rafael Haddad quando mantinha uma parceria com a Universidade Estadual do Norte do Paraná em Bandeirantes.

As biólogas Renata Alfredo e Helen Cássia, mais a estagiária Thaíse Fernandes, trabalham no Instituto.

O vereador Rafael Haddad é membro da Comissão de Meio Ambiente do CRMV-PR, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Câmara Municipal e Conselheiro no CEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente e foi eleito um dos 50 delegados do Paraná para defender o Estado na IV Conferência Nacional



Rafael e a equipe do Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Meio Ambiente de Cornélio Procópio

de Meio Ambiente - Resíduos Sólidos, no final de outubro, em Brasília. A eleição foi durante a IV Conferência Estadual de Meio Ambiente, rea-

lizada em Foz do Iguaçu no começo de setembro. Como representante do CRMV-PR no CEMA, Rafael Haddad participou dos seminários para elaboração da Política Estadual de Controle Ético de Cães e Gatos, com etapas em Cornélio Procópio, Curitiba e Londrina.

Nas reuniões alerta para a necessidade de responsáveis técnicos em todos os programas de controle populacional de cães e gatos, lembra as portarias que determinam a estrutura mínima e os equipamentos necessários para a realização de procedimentos cirúrgicos e defende o treinamento de equipes para melhor eficiência dos programas de esterilização em massa. O médico veterinário Rafael Haddad Manfio abordou também a necessidade de criação de Programas de Residência Veterinária com foco na Medicina Veterinária do Coletivo. Para ele, as universidades públicas devem ser centros de referência para a realização de tais programas.



Pronunciamento de Rafael Haddad... - Foto CRMV-PR

## Transparência

Demonstrativo de Receitas e Despesas Período: Janeiro a Novembro/2013

Receitas		R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas		2.092.199,04	41,41%
Anuidades de Pessoas Jurídicas		2.033.127,88	40,24%
<b>Subtotal</b>		<b>4.125.326,92</b>	<b>81,64%</b>
Receita Patrimonial (Dividendos - Remuneração de Ações)		6,64	0,00%
Emolumentos com Inscrição/Registro - Pessoa Física		27.776,27	0,55%
Emolumentos com Inscrição/Registro - Pessoa Jurídica		79.047,63	1,56%
Emolumentos com Expedição de Carteiras/Cédulas - Pessoa Física		33.581,76	0,66%
Expedição de Certificado - Pessoa Jurídica		32.834,44	0,65%
Anotação de Responsabilidade Técnica		139.148,89	2,75%
Receitas Diversas de Serviços (*)		24.787,82	0,49%
Receitas Financeiras (**)		351.722,90	6,96%
Outras Receitas Correntes (***)		238.627,30	4,72%
Receitas de Capital (****)		-	-
		<b>5.052.860,57</b>	<b>100,00%</b>

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal, Encargos e Benefícios	2.250.949,01	55,30%
(2)*	Uso de Bens e Serviços	1.644.259,77	40,39%
(3)*	Transferências Correntes	53.224,42	1,31%
(4)*	Tributárias Contributivas	2.172,34	0,05%
(5)*	Demais Despesas Correntes	73.976,87	1,82%
(6)*	Despesas de Capital - Investimentos, Ações e Equipamentos e Material Permanente	46.131,45	1,13%
<b>Total (B)</b>		<b>4.070.713,86</b>	<b>100,00%</b>

<b>Superávit C = A - B</b>	<b>982.146,71</b>	<b>19,44%</b>
----------------------------	-------------------	---------------

### Detalhamento de Receitas:

(\*) Receitas Diversas de Serviços: Custas Processuais, Recuperação com Custos de Cobrança e Fotocópias.

(\*\*) Receitas Financeiras: Juros de Mora e Atualização Monetária: sobre Anuidades, sobre Multas de Infrações, sobre devolução de Diárias e sobre Multa Eleitoral. Multas sobre anuidades, Multas por Ausência de Responsável Técnico, Multa Eleitoral, Multa sobre devolução de diárias e Auto de Infração por falta de Registro.

(\*\*\*) Outras Receitas Correntes: Indenizações, Restituições e Dívida Ativa.

(\*\*\*\*) Receitas de Capital: Alienação de Veículos.

### Detalhamento de Despesas:

(1) \* Salários, Abono Provisório-Pessoal CLT, Gratificação por Exercício de Cargos, Gratificação por Tempo de Serviço, Férias Vencidas e Proporcionais, 13º Salário, Férias-Abono Pecuniário, Férias-Abono Constitucional (1/3), Serviços Extraordinários, Contribuições Previdenciárias-INSS Empregador, Seguro de Acidente no Trabalho, PIS sobre Folha de Pagamento, FGTS, Auxílio Alimentação e Auxílio Creche.

(2) \* Combustíveis e Lubrificantes Automotivos, Material de expediente, Material de Processamento de Dados, Material p/ Manutenção de Veículos, Material de Sinalização Visual e Outros, Diárias para Empregados no País, Diárias para Colaboradores Eventuais no País, Diárias de Conselheiros no País, Diárias de Diretoria no País, Limpeza e Conservação-Pessoa Física, Estagiários-Pessoa Física, Jetons e Gratificações a Conselheiros-Pessoa Física, Comunicação-PJ, Telecomunicações Fixa-PJ, Telecomunicações Móvel-PJ, Correspondências-PJ, Comunicação de Dados-PJ, Publicidade Institucional-PJ, Manut. Conserv. Veículos-PJ, Manut. Conserv. Máquinas e Equipamentos-PJ, Serviços de Vigilância Ostensiva/Monitorada-PJ, Serviços de Estacionamento de Veículos-PJ, Serviços de Água e Esgoto-PJ, Serviços de Energia Elétrica-PJ, Locação de Imóveis-PJ, Vale-Transporte-PJ, Assinaturas de Periódicos e Anuidades-PJ, Condomínios, Exposições, Conferências e Outros- PJ, Seleção e Treinamento-PJ, Serv. Médico-Hospitalar, Odontol. e Laboratoriais-PJ, Serviços Bancários-PJ, Serviços Judiciários-PJ, Passagens para o País-PJ, Pedágios-PJ, Taxa de Inscrição em Eventos-PJ e Outros Serviços Prestados por Pessoa Jurídica.

(3) \* Transferências a Instituições Privadas (Auxílios).

(4) \* Taxa de Limpeza Pública e Taxas Diversas.

(5) \* Despesas Judiciais (Custas), Despesas de Exercícios Anteriores e Restituições de Anuidades e Taxas de Exercícios Anteriores.

(6) \* Máquinas e Equipamentos, Bens de Informática e Sistemas de Processamento de Dados.

Méd. Vet. Eliel de Freitas

CRMV-PR N° 0826  
Presidente

Fernando Manoel Araújo

TC-CRC-PR N° 016757/O-8  
Chefe da Seção de Contabilidade

**PARA USO DOS COORDENADORES**

MUDO/PSE

DESCUMPRIDO

RECURSOS

FALTA/OUTO

AUSÊNCIA

NÃO PROCURADO

NÃO INFORMADO

OFP

NÃO EXISTE INDICADO

INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTAL DO SINCRO

RECEBER DE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_

# V Encontro Estadual das Inspeções Sanitárias II Encontro de Saúde Pública do Paraná

10 e 11 de abril de 2014

A Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária do Paraná – Núcleo Centro Oeste e a Delegacia do CRMV-PR de Guarapuava promovem estes encontros em Guarapuava. O evento reunirá as Inspeções Sanitárias Federal, Estadual e Municipais, Vigilâncias Sanitárias e Responsáveis Técnicos das empresas de Produtos de Origem Animal, para discutir assuntos relevantes no contexto atual. O Núcleo de Médicos Veterinários e o Conselho de Medicina Veterinária do Paraná, buscam a atualização dos profissionais ligados às empresas do ramo de processamento de produtos de origem animal, vigilâncias sanitárias e inspeções, mediante a discussão de temas atuais e acesso a grandes profissionais da área que atuam no Brasil, com a finalidade de salvaguardar a segurança alimentar e saúde pública e garantir à população acesso a alimentos saudáveis.



**ENCONTRO ESTADUAL DAS INSPEÇÕES SANITÁRIAS DO PARANÁ**  
II ENCONTRO DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Local: Km Bufete e Eventos  
Rua Frei João da Vila, 279 - Monte Alto  
Guarapuava - PR

Local das inscrições: Av. 10 de Abril, 2000 - 84000-000 Guarapuava - PR  
Inscrição com cartão de crédito: R\$ 50,00 de desconto em relação à inscrição presencial.

As inscrições podem ser feitas através do site: [www.sincro.org.br](http://www.sincro.org.br)

Comissão Organizadora:  
Adriana Fernandes Falcão Moraes - Presidente  
Ana Carolina Knebel - Vice-Presidente  
Márcia Regina de Aguiar - Vice-Presidente  
Rosângela Maria Falcão - Secretária  
Renata Travassoli - Secretária  
Kathia Aparecida Rios - Secretária

47410

REALIZAÇÃO:

INFORMAÇÕES:  
[WWW.SINCRO.ORG.BR](http://www.sincro.org.br)

**DIAS 10 E 11 DE ABRIL DE 2014**

**Programação**

**Dia 10**

08:00 - 09:30	Manhã	Minicursos e entrega de credenciais
09:30 - 10:00	Manhã	<b>ABERTURA - CUMPRIMENTO DE DEVERES DE INSPEÇÃO E OBRIGATORIEDADE DE IMPRIMA DE VENDA E REGISTRO</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
10:00 - 10:15	Manhã	Café da Manhã
10:15 - 12:00	Manhã	Cursos para Alunos
12:00 - 13:00	Manhã	Intervalo para Alunos
13:00 - 14:00	Manhã	Cursos para Alunos
14:00 - 14:30	Manhã	Almoço
14:30 - 16:00	Manhã	<b>ALMOÇO ABERTURA - ANIMAÇÃO E ESPETÁCULO DE CULTURA DO PARANÁ</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
16:00 - 16:15	Manhã	Café da Manhã
16:15 - 17:00	Manhã	<b>DEBATE DO CONSUMIDOR DO ALIMENTO SEGURO</b> Dr. Carlos Knebel - Universidade do Paraná

**Dia 11**

08:00 - 09:00	Manhã	<b>DEBATE PARA ALUNOS DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
09:00 - 10:00	Manhã	<b>QUALIDADE DO LEITE NO PARANÁ</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
10:00 - 11:00	Manhã	<b>MINICURSOS PARA COORDENADORES E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
11:00 - 12:00	Manhã	<b>REVISÃO DE DOCUMENTOS PARA TENDAS ABERTURAS</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
12:00 - 13:00	Manhã	Intervalo para Alunos
13:00 - 14:00	Manhã	<b>PROFESSORES SANITÁRIOS DO COMANDO DE PRODUÇÃO DO BRASIL</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
14:00 - 15:00	Manhã	<b>COMO REALIZAR PROCEDIMENTOS DE AUTOCONTROLES</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA
15:00 - 16:00	Manhã	Café da Manhã
16:00 - 17:00	Manhã	<b>ALUNOS QUE REALIZAM O CONSUMIDOR DO LEITE</b> Prof. Dr. Ricardo Braga - ANVISA